



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## LEGISLATIVO

Nº 015/016

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO****015ª SESSÃO ORDINÁRIA ..... 02****Lista de presenças..... 03****Expediente..... 03**

Ofício ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 10

Projetos de Lei Complementar ..... 14

**Horário do Pequeno Expediente ..... 15**

Dep. Barbosa Neto ..... 15

Dep. André Vargas ..... 16

Dep. Hermes Fonseca ..... 17

Dep. Elza Correia ..... 17

Dep. Reni Pereira ..... 19

Dep. Elio Rusch ..... 20

**Horário do Grande Expediente..... 21**

Dep. Reni Pereira ..... 21

Sr. Juarez Henrich ..... 22

Dep. André Vargas ..... 24

**Horário das Lideranças ..... 26**Liderança do PDT: Dep. Barbosa  
Neto..... 26Liderança do PSB: Dep. José  
Domingos Scarpellini ..... 27Liderança do PFL: Dep. Plauto  
Miró Guimarães ..... 27Liderança do PT: Dep. Tadeu  
Veneri ..... 28Liderança do PSDB: Dep. Valdir  
Rossoni..... 29Liderança do PSL: Dep. Luiz  
Carlos Martins..... 31Liderança do PMDB: Dep.  
Dobrandino da Silva ..... 32**Ordem do Dia ..... 33**

Leitura do Expediente ..... 33

Discussão/ Votação ..... 34

2ª Discussão ..... 34

Requerimentos ..... 35

**Ordem do dia da próxima Sessão ..... 36****Publicações ..... 36**

Atas de Comissões ..... 36

Comissão de Finanças ..... 36

Comissão de Obras Públicas,

Transportes e Comunicações ..... 37

**SUMÁRIO****016ª SESSÃO ORDINÁRIA..... 37****Lista de presenças ..... 37****Ordem do Dia ..... 38**

Discussão/ Votação ..... 38

Redação Final ..... 38

3ª Discussão ..... 38

1ª Discussão ..... 38

Discussão Única ..... 39

**Ordem do dia da próxima Sessão ..... 39****Publicações ..... 39**

Atas de Comissões ..... 39

Comissão de Finanças ..... 39

Comissão de Obras Públicas,

Transportes e Comunicações ..... 40

Comissão de Redação ..... 41

**015ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE MARÇO DE 2005**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,  
secretariada pelos Srs. Deputados Geraldo Cartário e  
Cesar Seleme.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (46). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Chico Noroeste, Marcos Isfer, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Ofício**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 22 de março de 2005.

Senhor Presidente:

Vimos pelo presente comunicar a V. Exa. a filiação do Deputado Geraldo Cartário ao Partido Progressista - PP, para que sejam cumpridas as formalidades legais e regimentais.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada e distinta consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Líder da Bancada do PP

**Indicações**

INDICAÇÃO Nº 006/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização pela Secretaria de Estado da Saúde, de exames médicos nos alunos da rede estadual de ensino, anualmente no início do período letivo, com vistas a prevenir a ocorrência de problemas de saúde com estudantes durante a prática de atividades esportivas e eventos recreativos.

2 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para efetivação dos exames médicos de que trata a presente indicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Os jovens da rede estadual de ensino pertencem normalmente às classes sociais média e baixa não contando, por esta razão, com atendimento médico periódico e preventivo. Muitas vezes nunca se submeteram a um exame médico capaz de verificar quaisquer tipos de deficiência ou disfunção. Na escola, ao praticar atividades físicas, muitas vezes são vítimas de moléstias que poderiam ser evitadas com exame preventivo. Recentemente tivemos conhecimento pela imprensa, de um garoto de quinze anos do Município de Castro que ao iniciar prática esportiva, sem o conhecimento de suas deficiências médicas, teve um mal súbito e, mesmo sendo atendido a tempo, faleceu no Hospital Ana Fiorillo Menarin.

Tendo em vista casos como este, ocorrido em Castro e muitos outros que estão sujeitos a acontecer decorrentes da falta de atendimento médico preventivo, a presente indicação visa prevenir acidentes com crianças e adolescentes nas escolas públicas do Paraná e acima de tudo, assegurar a tranquilidade e o respeito à família paranaense.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem indicar o Deputado Hermes Fonseca para compor, como suplente, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá, em substituição ao Deputado Nelsinho Dal Santos.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) TADEU VENERI

Líder da Bancada do PT

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER regime de urgência no Projeto de Lei 238/2001, que trata sobre o passivo ambiental.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) ELIO RUSCH

### REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de março (quarta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) ELIO RUSCH

### REQUERIMENTO Nº 486

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, autorização para ausentar-se desta Casa de Leis, os Deputados Ademir Bier, José Maria Ferreira, Reni Pereira e Durval Amaral, os quais estarão representando esta Assembléia Legislativa no Fórum de Debates UNALE/ALESP, na cidade de São Paulo, nos dias 30 e 31 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(aa) ADEMIR BIER, JOSÉ MARIA FERREIRA, RENI PEREIRA e DURVAL AMARAL.

### REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, uma Sessão Solene, em homenagem à 41ª Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB e pela 2ª vez, em conjunto com a CONIC, a realizar-se no dia 18 de abril de 2005, cujo tema “Solidariedade e Paz” - o mais atual neste momento histórico no qual passa a humanidade e em especial o Brasil - criará o sentimento de esperança, para superarmos a cultura da violência,

pois devemos, todos, sermos promotores da paz e da solidariedade, devolvendo à sociedade o cultivo do respeito efetivo pela dignidade de cada pessoa, combatendo todos os tipos de violência com muito amor ao próximo.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

A CNBB promove a Campanha da Fraternidade, desde 1964.

A cada ano é selecionado um tema diferente com o objetivo principal de conscientização e também de arrecadar recursos para os diversos programas desenvolvidos durante o ano.

O tema escolhido para este ano “Solidariedade e Paz” e o lema “felizes os que promovem a paz”, é uma iniciativa ecumênica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), do qual também a Igreja Católica faz parte.

A campanha de 2005, é uma união ecumênica de esforços em prol da superação da violência e da construção da paz, sendo que os principais aspectos envolvidos são a violência, a solidariedade e a paz.

No Brasil como em várias partes do mundo, são vários os registros de violência.

Em 2002, foram contabilizadas cerca de quarenta mil mortes por arma de fogo no Brasil, além disso são vários os casos de violência na família, nas relações, em ações de indivíduos ou grupos do crime organizado.

Além disso, há uma crescente violência nas relações internacionais, nas guerras e no terrorismo.

O resultado de tudo isso é uma insegurança crescente, e conseqüentemente, a perda da paz. O uso da força muitas vezes acaba promovendo o aumento da violência, não garantindo que a paz seja assegurada.

Sem justiça, e quando essa mesma justiça é imposta pela força, também não se conquista a paz.

Para que se alcance o objetivo proposto, é necessário uma melhoria no convívio familiar, social e na educação, que são meios poderosos para a promoção da paz.

Todos nós temos a missão de colaborar para que a paz se construa, mas para que isso ocorra os esforços devem ser solidários, para que se obtenha dignidade e direitos iguais.

A Campanha da Fraternidade 2005, propõe que todos os esforços das pessoas sejam concentrados, não importando suas convicções religiosas, mas com um objetivo comum: Promover a Paz, pois todos somos responsáveis pela promoção da paz e pela sua preservação.

### REQUERIMENTO Nº 482

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM que seja marcada Sessão Especial para homenagear ao Deputado

Federal Paulo Bernardo, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), Digníssimo Ministro do Planejamento.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(aa) ÂNGELO VANHONI  
NATÁLIO STICA

Apoiamento:

Duílio Genari, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Miltinho Pupio, Renato Gaúcho, Alexandre Curi, André Vargas, Hermes Fonseca, Elton Carlos Welter, Neivo Beraldin, Cesar Seleme, Mauro Moraes, Elza Correia, Pastor Edson Praczyk, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Luciana Rafagnin, Arlete Caramês e Hermas Brandão.

#### REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 100/05 e 112/05, que obrigam a adoção de medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem a troca ou rapto de recém-nascidos nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidades, no âmbito do Estado do Paraná que possibilitem a posterior identificação através de exame de DNA, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento dos Projetos de Resoluções nºs 02/03; 01/04; 02/04; 04/04 e 05/04, devido à promulgação do novo Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 11 de abril, em homenagem ao centenário do Instituto de Identificação do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento

do Sr. Adriano Soares Macedo, ocorrido em 19 do corrente em Japurá/PR.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa a Cardoso Artefatos de Cimento Ltda., pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Serralheria Loperfer Ltda., pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Supermercado Wolfe Ltda., pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à AME - Assistência Médica Empresarial S/C, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e con-

gratulações nos Anais desta Casa a Lanches Beija-Flor Ltda., pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa a Pierryzan Indústria e Comércio de Confeções Ltda., pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Netherland Engenharia Ltda., pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Folclore Grego Neoléa do Paraná, pelos relevantes serviços prestados à cultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Associação Projeto Não Violência Brasil, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa a Nemécio Muller,

pelos seus 25 anos de serviços prestados à Comunicação Social.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de União da Vitória, pela passagem de seus 115 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Hussein Bakri, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito Warrib Motta, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Homenagem que através desta proposição queremos prestar ao Município de União da Vitória, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e à nossa fé, no Paraná, que saudar efusivamente a população do Município de União da Vitória na data magna da comemoração dos 115 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal, puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um Município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao Município de União da Vitória no transcurso de seus 115 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

#### REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulação ao Sr. Luiz Carlos Martins Podzwato, novo Superintendente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Paraná - SETCEPAR.

Solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Luiz Carlos Martins Podzwato acerca do voto em

apreço, no endereço da Rua Eduardo Sprada, 3085, casa C, Campo Comprido, CEP 81210-370.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Carlos Luiz Lobo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 467

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Devonir Custódio.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Djalma Viana.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Francisco Ontivero.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Geraldo Rodrigues de Moura, Presidente do Sindicato dos Arrumadores na Movimentação de Mercadoria em Geral e no Comércio de Armazenagem de Assaí e região.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 474

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de moção de apoio ao manifesto que a ONG Movimento Nacional pela Recuperação das Empresas Brasileiras encaminhou, em mãos, ao Presidente do Congresso Nacional Severino Cavalcanti, ontem, em Curitiba, neste Palácio XIX de Dezembro.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Neste Brasil onde os juros são escorchantes, os impostos absorvem 35% de todo o Produto Interno Bruto, isto é, de tudo o que aqui se produz e o Governo Federal só investe 0,2% deste mesmo PIB em obras, serviços, infra-estrutura de retorno à sociedade, vê-se o rosto da esperança em movimentos de defesa da cidadania como o da ONG Movimento Nacional para Recuperação das Empresas Brasileiras, dirigida pela curitibana Regina Célia Zanchi, com sede à rua Riachuelo, 102 - 15º andar, [www.mnreb.com.br](http://www.mnreb.com.br).

Reivindicações justas: a ONG MNREB pede reabertura dos prazos para as empresas que foram excluídas do REFIS I e REFIS II regularizarem sua situação perante o Comitê Gestor e serem reincluídas no programa, e criação de um REFIS III, via Legislativo, para que as empresas possam resolver suas pendências com o fisco.

Alega que a sobrevivência, com honestidade, tornou-se difícil, num Brasil que, em vinte anos, conheceu os Planos Cruzado I e Cruzado II, Plano Bresser, Plano Collor e Plano Real, e vive sob a intervenção do FMI.

Diz que esses planos levaram a inflação, no ano de 1988, ao pico de 1782,9% ao ano, tendo como consequência a completa descapitalização das empresas, com taxas de juros no sistema financeiro sempre na estratosfera.

Alega ainda, que mesmo que o Plano Real tenha trazido a inflação a níveis suportáveis, teve componentes perversos a saber: os juros do Banco Central, em 1998, de 80% ao ano, sob alegação da quebra da economia russa. Taxa de juros de 80% ao ano, que foi parâmetro sobre contratos bancários em vigência, que

conseguiram implodir as relações saudáveis entre empresas e bancos.

Argumenta ainda a ONG Movimento pela Recuperação das Empresas Brasileiras que mais de 80% delas estão incluídas em cadastros tipo SERASA e CADIN. Que há mais de 100 mil ações criminais contra empresas inadimplentes com INSS e Receita Federal.

E que o Governo Lula implantou por medida provisória uma Secretaria de Receita Previdenciária, com 30 mil funcionários, para processar, criminalizar, e seqüestrar as empresas em dificuldades, inclusive com penhora on-line.

Por tais razões o apoio desta Assembléia do povo paranaense é justo e necessário.

#### REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Luiz Eduardo Cheida, DD Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e Sr. Darcy Deitos, mui digno Superintendente da SUDERHSA, solicitando a perfuração de um poço artesiano no Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O atendimento ao pedido beneficiará sobremaneira famílias residentes na Comunidade de Vasquinho, melhorando a sua qualidade de vida.

#### REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito do Município de Curitiba, solicitando a elaboração de estudos que levanten a viabilidade de implantação de ciclovias nos seguintes trajetos:

1º - Rua Senador Nereu Ramos, do nº 65 ao final da quadra (nº 279);

2º - Rua Dr. Alcides Arco Verde até o final da quadra, onde localiza-se o Colégio Nossa Senhora da Assunção, no Guabirota.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação pretende-se ao fato de que a existência do Colégio Nossa Senhora de Assunção, no Guabirota nessa localização, faz com que exista a necessidade de trânsito intenso de alunos, na sua grande maioria crianças, sendo que muitos deles utilizam-se de bicicletas para irem e virem ao Colégio e dele até suas residências. A inexistência de ciclovias faz com que seja impossibilitada essa prática ou aqueles que persistem

nela têm a necessidade de trafegar pelo leito das ruas mencionadas ou sobre seus passeios.

Ocorre que também reside numa das casas um aluno que é paraplégico, possuidor de uma cadeira elétrica, tendo seu tráfego inviabilizado em virtude da inexistência de local adequado para seu deslocamento.

Assim sendo, solicito dos nobres Pares a aprovação deste requerimento, e do Prefeito de Curitiba o atendimento a esta reivindicação, em atenção às necessidades dos contribuintes que residem no local e serão beneficiados com a implantação da obra em questão.

#### REQUERIMENTO Nº 454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de destinar viaturas para as Polícias Militar e Civil do Município de Amaporã.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Esse requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que libere viaturas para a Polícia Militar e Civil, em caráter emergencial, em face do recrudescimento dos índices de assaltos, roubos, entre outras modalidades de criminalidade junto ao Município de Amaporã.

O atendimento desta solicitação visa trazer segurança e tranquilidade à comunidade da área urbana e rural de Amaporã, podendo significar redução nos números de todo o tipo de delinquência e marginalidade, que marginalidade precisa ser enfrentada, desafiada, condenada. E isso urge. É um clamor geral dos moradores que se encontram desamparados, intranquilos, inclusive vivendo permanentemente em clima de medo.

Esse, é um dever do Estado, que tem que garantir a inviolabilidade dessas famílias, do direito à vida, à segurança, à liberdade.

#### REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de implantar uma subunidade do Corpo de Bombeiros no Município de Loanda.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Esse requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança



Pública, para que viabilize a implantação de uma subunidade do Corpo de Bombeiros, no Município de Loanda, tendo em vista que a região é atendida pela de Paranavaí, distante do Município de Loanda cerca de noventa quilômetros, sendo esta a cidade pólo da região, que atende os municípios de Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Santa Mônica (banhados pelo Rio Ivaí), São Pedro do Paraná, Porto Rico e Querência do Norte (banhados pelo Rio Paraná), está há mais de 130 quilômetros de Paranavaí, daí justifica-se a necessidade de implantação de uma subunidade em Loanda, para que agilize o atendimento a esta região, uma vez que “Por Uma Vida Todo Sacrifício é Dever”.

E a implantação desta subunidade vem atender a um clamor geral dos moradores que se encontram desamparados, intranquilos, inclusive vivendo permanentemente, em clima de medo, pois quando há uma fatalidade esta se consuma rapidamente pela falta de agilidade no atendimento devido a distância entre a subunidade de Paranavaí e a região de Loanda.

#### REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de implantar uma subunidade do Corpo de Bombeiros no Município de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Esse requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que viabilize a implantação de uma subunidade do Corpo de Bombeiros, no Município de Terra Rica, tendo em vista que a região é atendida pela de Paranavaí, distante do Município de Terra Rica cerca de setenta quilômetros, sendo esta a sede de comarca, justificando-se a necessidade de implantação de uma subunidade em Terra Rica, para agilizar o atendimento a este Município uma vez que “Por Uma Vida Todo Sacrifício é Dever”.

E a implantação desta subunidade vem atender a um clamor geral dos moradores que se encontram desamparados, intranquilos, inclusive vivendo permanentemente, em clima de medo, pois quando há uma fatalidade esta se consuma rapidamente pela falta de agilidade no atendimento devido a distância entre a subunidade de Paranavaí e o Município de Terra Rica.

#### REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de

Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Amaporã.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial para o Município de Amaporã, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de Municípios do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes.

O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscarem atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

#### REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Exmo. Sr. Caíto Quintana, solicitando informações sobre os motivos que levaram o Governador Roberto Requião a declarar à imprensa que pedirá Auditoria na SERCOMTEL - Serviço de Comunicação Telefônica de Londrina.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, envio de expediente à Procuradoria de Justiça Eleitoral e ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando investigações a serem realizadas sobre cheques não pagos pelo Partido dos Trabalhadores, durante a última campanha eleitoral municipal de Ponta Grossa, causando prejuízos a inúmeros prestadores de serviço, bem como, reabrir a prestação de contas da campanha do Partido dos Trabalhadores no Município de Ponta Grossa, que sonegou as informações e documentos relativos a despesas pagas com cheques sem fundos.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 484

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de

atender o pedido dos moradores da Rua Said Jorge - Jardim Bom Pastor - Município de Campo Magro, que solicitam policiamento ostensivo no local, devido ao grande número de ocorrências nesse Município. Dias atrás, um cidadão alcoolizado entrou no Mini Mercado Joice, causando muitos problemas e quando foi chamado policiamento, foi informado que nada poderiam fazer.

A população daquele Município vive sem segurança, motivo pelo qual os moradores fazem tal pedido a fim de inibir a ação de marginais e outros.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 485

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Verde V - Bairro CIC, que solicitam policiamento ostensivo nesse bairro. Uma moradora da Rua Anjolito Buzzetti teve sua residência assaltada por 02 (duas) vezes. Nas proximidades do Colégio Estadual Rodolfo Zanineli também é necessário policiamento urgente.

A população daquele bairro vive sem segurança, motivo pelo qual os moradores fazem tal pedido a fim de inibir a ação de assaltantes e outros.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 119/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Confederação da Casa do Oleiro Internacional Apostolic Ministries, CNPJ nº 06.293.158/0001-83.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

#### JUSTIFICATIVA:

A Confederação da Casa do Oleiro Internacional Apostolic Ministries vem desenvolvendo relevante trabalho social e religioso em todos os Municípios brasileiros onde está estabelecida. Exemplo disso pode ser comprovado no Município de Guarapuava, onde já recebeu o reconhecimento como Utilidade Pública daquela cidade, conforme comprova a Lei Municipal nº 1281/2003, de 21.11.2003.

Destarte, solicito aos nobres Deputados a aprovação da presente.

#### PROJETO DE LEI Nº 120/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos de Irati, com sede e foro no Município de Irati.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Diabéticos de Irati, com sede e foro no Município de Irati, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo promover a reunião de caráter médico-social com o fim de instruir os diabéticos e prepará-los para assumir seus programas, além de procurar entendimento com os Poderes Públicos e entidades particulares de modo a obter maiores benefícios na aquisição de produtos farmacêuticos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 121/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Vida - APROVI, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Vida - APROVI, trata-se de uma entidade de Assistência Social, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Tem por objetivo prestar assistência social à população carente no desenvolvimento de programas e projetos voltados à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à terceira idade, com prioridade para a criança e o adolescente.

Dentro das suas atividades diárias destacam-se as ações que visam o fortalecimento familiar, a criação de oportunidades de profissionalização dos adolescentes, o atendimento psicológico, assessoria social pedagógica, psicológica e técnico-administrativa e outras organizações, entre outros.

PROJETO DE LEI Nº 123/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam dispensados do pagamento das taxas referentes ao uso de estacionamento cobradas por Shopping Centers instalados no Estado do Paraná, os clientes que comprovarem despesas correspondentes a pelo menos 10 (dez) vezes o valor da referida taxa.

§ 1º A gratuidade a que se refere o *caput* só será efetivada mediante a apresentação de notas fiscais, que comprovem a despesa efetuada no estabelecimento.

§ 2º As notas fiscais deverão datar do dia em que o cliente efetivar o pedido à gratuidade.

Art. 2º O período de até 30 (trinta) minutos de permanência do veículo no estacionamento de estabelecimento citado no artigo 1º, deve ser gratuito, independentemente da apresentação da nota fiscal.

Art. 3º O direito a que faz jus o beneficiário desta lei, não tem efeito cumulativo, ou seja, independente da quantidade de notas fiscais apresentadas, o cliente terá o tempo máximo de cinco horas gratuitas de estacionamento.

§ 1º O tempo de permanência do cliente no interior do estabelecimento deverá ser comprovado através da emissão de documento quando de seu ingresso no estacionamento.

§ 2º Caso o cliente ultrapasse o tempo previsto para a concessão da gratuidade, as horas excedentes serão cobradas de acordo com a tabela de preços praticadas normalmente pelo estabelecimento.

Art. 4º Ficam os shopping centers obrigados a divulgar o conteúdo desta lei, através da fixação de cartazes em suas dependências.

Art. 5º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem como objetivo abolir a cobrança das taxas nos estacionamentos dos shopping centers, do Estado do Paraná.

Tal medida vem fazer com que a nossa população, que já está submetida a uma altíssima carga de taxas e impostos, tenha, pelo menos, a não cobrança desta taxa, diminuindo assim, um pouco o número excessivo de taxas e impostos.

De igual modo, acredito que as vendas nos referidos estabelecimentos tenham, sem sombra de dúvida, um acréscimo, tendo em vista a gratuidade do estacionamento àqueles que os frequentam.

Observe-se, ainda, que com a aprovação de tal matéria, estaríamos contribuindo e gerando mais recursos

para os cofres do erário público, pois a gratuidade do estacionamento só será concedida através da apresentação de notas fiscais.

Desta forma, espero contar com o devido apoio dos nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 124/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Rede de Assistência à Saúde Metropolitana - Metropolitana, com sede e foro no Município de Sarandi.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Rede de Assistência à Saúde Metropolitana, mantenedora do Hospital Metropolitano, teve sua assembléia de constituição realizada a 02 de fevereiro de 2004.

78% dos internamentos realizados pelo Hospital Metropolitano são pacientes do SUS da região e 72% dos pacientes ambulatoriais são do SUS ou gratuito.

O relatório de atividades da instituição bem demonstra a importância do trabalho realizado em Sarandi, pelo Hospital Metropolitano, merecendo o título de Utilidade Pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 125/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Assembléia Legislativa aprovará, previamente, por voto secreto e após arguição pública, a escolha do titular da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Barbosa Neto, Reni Pereira, Plauto Miró Guimarães e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A proposição ora submetida à análise e aprovação desta Casa encontra amparo na própria Constituição Estadual que em seu artigo 54, inciso XIX, alínea "c", estabelece:

"Art. 54. Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

...

XIX - aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha:

...

c) dos titulares de cargos que a lei determinar.”

A grande importância das funções que competem ao titular da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, autarquia cuja política adotada relativamente às operações de saídas e entradas de bens ou mercadorias do exterior através das suas instalações, irá refletir não apenas nos interesses de nosso Estado, mas principalmente, no interesse público ainda mais abrangente relativo à política nacional de incentivo e facilitação das exportações, favorecendo a balança comercial brasileira.

# PROJETO DE LEI Nº 126/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Antonio Facci.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

## JUSTIFICATIVA:

Antonio Facci nasceu em Cedral, Estado de São Paulo, filho de Virgílio Facci e Maria Morroni, em 15 de fevereiro de 1941.

Filho de colonos, Antonio Facci, aos cinco meses de idade veio para o Município de Londrina com os pais Virgílio e Maria.

Aos nove anos, no dia 20 de junho de 1950, seus pais transferiram residência para o Distrito de Floriano, Município de Maringá. Junto com Antonio Facci vieram os irmãos Lídia, Idalina, Jacira, Plínio, Antenor, Ângelo e Dilza, ficando em Londrina apenas a irmã mais velha, já casada.

A migração para Maringá deu-se em razão de o pai de Antonio Facci ter instalada no Distrito de Floriano a primeira máquina de benefício de arroz, servindo a toda a comunidade rural de Maringá até a barranca do Rio Ivaí.

Antonio Facci, desde jovem, trabalhava nas atividades da família sem descurar das lides comunitárias. Participou de todos os movimentos sócio-esportivos da comunidade, destacando-se como dirigente desportivo antes mesmo de completar a maioridade.

Disposto a transmitir cada vez melhor suas idéias, participou do Curso de Oratória ministrado pela Universidade Federal do Paraná, no programa Universidade Volante.

Trabalhando como frentista de posto de gasolina, encontrou tempo para aprender a profissão de alfaiate, a qual desempenhou por treze anos.

Casou-se em 1º de setembro de 1966 com Tânia Mariana Bravin. Tem três filhos: Telma Aglair do Rocio Facci de Castro, casada com Antonio Carlos Tadeu de Castro, pais de sua neta Letícia; Vânia Andréia Facci e Lígia Maria Facci.

Palmilhando os caminhos do autodidatismo, abraçou a profissão de serventuário da Justiça, sendo titular do Cartório de Paz e Anexos do Distrito Judiciário de Floriano, desde junho de 1964.

Político vocacionado, dedicou-se a vários cursos de aperfeiçoamento: primeiro foram os cursos oferecidos pelo Instituto de Assistência aos Municípios (IBAM); depois, de 1970 a 1973, vieram os cursos de Fundamentos de Administração Municipal, Aprimoramento de Técnicas sobre o Projeto CURA e Aplicação de Técnica Orçamentária.

Não cuidando apenas de si, devotou-se efetivamente à carreira política, começando por ser Presidente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), fundando a Escola de Floriano e participando diretamente do processo de fundação das localizadas em Iguatemi, Distrito de Maringá; Aquidaban, em Marialva e do Município de Sarandi.

Sempre ligado ao esporte amador, incentivando atletas, perpetuando o imortal dístico “mente sã em corpo sã”.

Com o conhecimento que já possuía como homem inteiramente voltado para assuntos da comunidade, candidatou-se a Vereador no Município de Maringá, em 1968. Eleito, liderou sua bancada, foi Presidente da Comissão de Lavoura, Indústria e Comércio; Membro da Comissão de Educação e Cultura, da qual chegou à Presidência.

Ainda no primeiro mandato legislativo, foi eleito 1º Secretário da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Maringá, em 30 de janeiro de 1971, para o biênio 71/72.

No mesmo ano, recebeu o título de Sócio Benemérito da União Maringaense de Estudantes Secundários (UMES), em razão das constantes defesas dos interesses da classe estudantil.

Foi reeleito Vereador em 1972, com merecido reconhecimento pela dedicação e coerência.

Em março de 1973 foi nomeado o 1º Presidente do Serviço Autárquico de Pavimentação de Maringá, cargo que exerceu até maio de 1974. Nesse período, implantou o Plano Comunitário de Pavimentação; elegeu área piloto para o Projeto Cura; conquistou junto ao Banco Nacional de Habitação os primeiros financiamentos para urbanização de Núcleos Habitacionais de Maringá, desenvolvendo planos técnicos administrativos arrojados e precisos, que levaram Maringá a ser conhecida como exemplo nacional na fórmula de aplicação correta dos recursos oriundos do Governo Federal para Urbanização e Saneamento.

Em 1974 se elegeu Deputado Estadual, representando Maringá e mais uma dezena de Municípios da região Norte do Estado.

Em 1978, reeleveu-se Deputado Estadual.

No Poder Legislativo Estadual manteve a linha de conduta de político moderado e atento, exercendo entre outras, as seguintes funções: Vice-Líder da Bancada do PMDB, Vice-Presidente e Relator da Comissão de Orçamento, Vice-Presidente e Relator da Comissão de Tomada de Contas, Diretor Financeiro do Fundo de Previdência Parlamentar, Presidente da Comissão de Orçamento, Presidente do Fundo de Previdência Parlamentar, Membro da Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP).

Foi tesoureiro do Diretório Estadual do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) por quatro anos.

Dentro das restrições constitucionais impostas ao Legislativo à época, não se limitou à apresentação de projetos, consubstanciou inúmeras proposições através de requerimentos e indicações sobre os mais variados temas da vida comunitária paranaense e brasileira.

Participou de congressos e proferiu palestras nos mais diferentes pontos do território brasileiro, entre os quais se destacam: Congresso Brasileiro dos Municípios - Guarapari/ES - 1970 (Comissão de Educação); técnicas legislativas - 1980 - Porto Alegre/RS (Política Orçamentária); I Congresso de Fundos de Previdência - Rio de Janeiro/RJ - 1981 (Sobrevivência Atuarial dos Fundos); Política Orçamentária e Realidade Nacional - Florianópolis/SC - 1981 e Política Orçamentária e a realidade nacional - Manaus/AM - 1982.

Antonio Facci foi Diretor da Câmara Municipal de Maringá de 1993 a 1995.

Em 1982 disputou a Prefeitura de Maringá.

Em 1987 filiou-se à Associação Internacional de Lions Clubes, através do Lions Clube de Maringá - Cidade Canção.

Na vida leonística, desenvolveu os primeiros estudos para implantação do hoje Centro de Dados de Doadores, Receptores de Órgãos e Pesquisas (CEDDO) que, em parceria com a Sociedade Médica de Maringá e UEM, serviu como modelo para as implantações de centrais de transplantes de órgãos e tecidos humanos em todo o País.

Também por sua iniciativa, foi implantado no Lions Maringá Cidade Canção o programa permanente de recuperação de visão, abraçando o programa Sight First de Lions Internacional, que busca reverter a cegueira reversível ao redor do mundo. Incipiente e difícil de conduzir no início, a atividade tornou-se tradição em seu clube de serviço, atingindo em seis anos de existência o número de 386 cirurgias em pessoas carentes de Maringá e de toda a região.

Sempre presente nas atividades leonísticas, fez carreira rápida nessa ONG, chegando ao cargo máximo do Distrito L-21, ou seja, Governador de Distrito - Gestão 95/96.

Títulos Honorários: Cidadão Honorário de Floresta, Cidadão Honorário de Sarandi, Sócio Honorário do Clube Olímpico de Maringá, Moção de Homenagem -

Assembléia Legislativa do Paraná / 1995, Distinção Honorífica Maringá 50 anos - 1997, Sócio Benemérito da União Maringaense de Estudantes Secundários (UMES), Honra ao Mérito - Município de Sarandi - 1988.

Títulos e apreciações recebidas:

1. Menção Honrosa - Lions Clube de Ribeirão do Pinhal - 1988;
2. Menção Honrosa - Distrito Múltiplo - Brasil - Lions Internacional Belo Horizonte - 1989;
3. Honra ao Mérito - Lions Clube de Maringá Centro - 1991;
4. Certificate of Appreciation - Internacional Presidente Roht Mehta Cak Brook - Illinois - USA - 1992;
5. Honra ao Mérito - Distrito L.21 de Lions Internacional - Maringá 1992;
6. Orador Principal - Lions Clube de Maringá Centro - 1993;
7. Honra ao Mérito - Assessor de Preparação de Líderes Distrito L. 21 de Lions Internacional - 1993;
8. Reconhecimento e Apreciação - Preparação de Líderes Curitiba - 1993;
9. Honra ao Mérito pela participação efetiva em Campanhas de Conscientização Acerca de Drogas - Distrito L. 21 - 1994;
10. Apreciação - Fórum Leonístico de Umuarama - 1995;
11. Leão Amigo - Lions Clube de Apucarana Cinquentenário - 1995;
12. Certificado de Apreciação - 13º Fórum Tupi Guarani - Foz do Iguaçu - 1995;
13. Certificado de Apreciação - Seminário de Desenvolvimento de Recursos Humanos - Rio de Janeiro - 1995;
14. Certificado de Apreciação - Orador Principal - Lions Clube de Bandeirantes Centro - Fórum Região "A" 1996;
15. Ministério de Integración - República Del Paraguay Certificado de Apreciação - 14º Fórum Tupi Guarani de Lions Assunção - 1996;
16. Prêmio de Extensão pelo patrocínio de Leo Clubes (Clubes Juvenis) fundação de 06 novos clubes outorgados pelo Presidente Internacional de Lions Clubes Willian (Bill) Wunder - 1996;
17. Certificate of Recognition - pela fundação de novos Clubes (07 clubes) outorgado por Willian (Bill) Wunder, Presidente Internacional de Lions Clubes - 1996;
18. Founder's Membership Growth Award - Lions Clube Internacional - pelo crescimento record do Distrito L.21 no ano leonístico 95/96;
19. Comenda: Companheiro de Melvin Jones - outorgada por Lions Clubs Internacional Foundation - o maior reconhecimento pelos serviços prestados à humanidade outorgado pela Fundação;
20. Assessor Distrital de Lions Clubs Internacional Foundation - 1996/1997;

21. Assessor do Conselho nacional dos Governadores do Distrito Múltiplo L (CNG) para Assuntos Parlamentares e Governamentais - 1996/1997.

Trabalhos publicados:

1. Plano Comunitário de Pavimentação - Maringá 1973;
2. Obrigado Senhor - palestra referente ao Dia Internacional Ações de Graças - Curitiba / 1980;
3. Agradecer - mesmo tema - 1977;
4. Silvio Barros - Parlamentar e Administrador - homenagem póstuma - Curitiba;
5. A Realidade da Cafeicultura Brasileira - Curitiba - 1980;
6. Análise da Economia Tritícula - Curitiba - 1981;
7. Por Uma Questão de Direito - Curitiba - 1981;
8. "Liderança" (tema de palestra proferida em bandeirantes - PR em 09/11/96);
9. "Expansão é Possível" (tema de palestra proferida em Assunção Paraguai no XIV Fórum Tupi Guarani de Lions Clube - 14/12/97);
10. "Lions Clube de Maringá Cidade Canção 21 anos de serviços comunitários" (Resumo da História do Clube - 21/04/97).

Principais projetos na Câmara Municipal de Maringá:

- a) autoriza construção de abrigos públicos para pontos de táxi e ônibus;
- b) oficializa a competição esportiva denominada Sussumo Itami;
- c) institui o Fundo Especial de Equipamento do Corpo de Bombeiros;
- d) autoriza convênio com o Ministério da Educação para Alimentação Escolar;
- e) cria o Setor Municipal de Alimentação Escolar;

f) institui o Plano Comunitário de Pavimentação.

Principais projetos no Legislativo Estadual:

- a) Projeto de Lei nº 136/75, cria com território desmembrado de Maria Helena, o Município de Douradina;
- b) Projeto de Lei nº 80/79, dispondo sobre recebimento de dotações consignadas em orçamento dos municípios, pelas Câmaras Municipais;
- c) Projeto de Lei nº 107/80, visando vedar a nomeação de cônjuge ou de parente até 2º grau, consanguíneo ou afim, de Governador, Deputado, Secretário de Estado, Magistrado, Dirigente de Autarquias, Sociedade de Economia Mista, Empresa Pública e Fundações; Procurador, Promotor Público, Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas do Estado, para cargo ou serviços auxiliares dos órgãos em que servirem (visando acabar com nepotismo no Estado);
- d) Projeto de Lei nº 104/81, prevê aposentadoria com proventos proporcionais aos atuais professores não pertencentes ao quadro próprio do magistério e pessoal de ensino superior que contem com mais de quinze anos serviço público;

e) Projeto de Lei nº 142/81, dispondo sobre a média de remuneração de aulas extraordinárias, incorporáveis à aposentadoria de professores e de especialistas em educação;

f) Projeto de Lei nº 7520/81, que revogou a Lei nº 7207/79, que estabelecia novas divisas entre Maringá e Mandaguá;

g) Emenda Constitucional à Constituição do Estado do Paraná, dando nova redação que especifica parágrafo 3º do artigo 106, capítulo VI da referida Constituição (possibilitou aos jovens acima de dezoito anos de idade, serem candidatos e Vereadores e a Prefeito. Hoje é Norma Constitucional Nacional);

h) Projeto de Lei nº 158/77, veda aposentadoria com tempo especial aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

i) Projeto de Lei nº 196/79, criando o Município de Sarandi, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Marialva;

j) Projeto de Resolução nº 22/79, regulamenta a concessão de bolsa de estudos pela Assembléia Legislativa do Estado.

## *Projeto de Lei Complementar*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O servidor público civil do Poder Executivo do Estado do Paraná, ainda que integrante das carreiras exclusivas do Estado, depois de estável, poderá obter licença, sem vencimento, para o trato de interesses particulares.

§ 1º O servidor aguardará em exercício a concessão da licença.

§ 2º A licença não perdurará por tempo superior a quatro anos contínuos, e só poderá ser concedida nova, depois de decorridos dois anos do término da anterior.

Art. 2º Não será concedida licença para trato de interesses particulares quando inconveniente para o serviço, nem o servidor nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício.

Art. 3º O servidor poderá, a qualquer tempo, desistir da licença para o trato de interesses particulares.

Art. 4º São competentes para conceder a licença de que trata esta lei complementar:

I - o Secretário de Estado ou Diretor de Departamento autônomo às autoridades e servidores que lhe sejam imediatamente subordinados;

II - o Diretor do Departamento Administrativo, aos demais servidores da respectiva repartição.

Parágrafo Único - As autoridades indicadas neste artigo poderão delegar competência aos dirigentes dos órgãos que lhe sejam diretamente subordinados.

Art. 4º - Em caso de comprovado interesse público, a licença de que trata esta lei complementar poderá ser cassada pela autoridade competente, devendo o servidor ser expressamente notificado do fato.

Parágrafo Único - Na hipótese de que trata este artigo, o servidor deverá apresentar-se ao servidor no prazo de trinta dias, a partir da notificação, findos os quais, a sua ausência será computada como falta ao trabalho.

Art. 5º Ao servidor interino ou em comissão não se concederá, nessa qualidade, licença para trato de interesses particulares.

Parágrafo Único. Não se concederá, igualmente, licença para o trato de interesses particulares, ao servidor que, a qualquer título, esteja ainda obrigado a indenização ou devolução aos cofres públicos.

Art. 6º Ao servidor que esteja à data de entrada desta lei usufruindo de licença para o trato de interesses particulares, sem vencimento, poderá esta ser prorrogada por período que perfaça o total de até quatro anos.

Parágrafo Único. Ao servidor que tenha usufruindo licença sem vencimento há menos de dois anos, a contar da publicação desta lei, poderá ser concedida nova licença por período que perfaça o total de até quatro anos.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos diferenciais do povo brasileiro frente a outras nações é a sua capacidade empreendedora. Assim, ante a retomada do crescimento econômico do País, muitos servidores públicos com espírito empreendedor têm se valido da licença, sem vencimento, para trato de interesses particulares, aproveitando-a para se dedicarem a atividades na iniciativa privada, promovendo a abertura de novas empresas, gerando empregos e incrementando a economia.

Entretanto, referida licença limita-se hoje a apenas dois anos, tempo insuficiente para que o servidor efetivamente possa exercer uma nova atividade e decidir sobre a sua permanência ou não na função pública, motivo pelo qual estamos propondo a sua ampliação para quatro anos.

Espero o apoio dos nobres colegas Deputados a este projeto de lei complementar, visto que a ampliação de dois para quatro anos da referida licença em nada onera os cofres públicos, pois justamente sem vencimento, e apenas propicia uma justa oportunidade ao servidor público de exercício de outras atividades. Ademais, ainda que o servidor permaneça na função pública após a

licença, contará com esta experiência para melhor atender ao povo paranaense.

Apenas a título de esclarecimento, a presente proposta se fez na forma de lei complementar, pois algumas carreiras do serviço público são reguladas por normas desta hierarquia.

### *Pequeno Expediente:*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Solicito ao Deputado Augustinho Zucchi para que assuma a Presidência, porque tenho que atender a um compromisso oficial da Casa.

### *Deputado Barbosa Neto (PDT)*

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Demonstro, na tarde de hoje, a minha preocupação em relação a uma declaração feita pelo Governador Roberto Requião na imprensa de Londrina.

Estou apresentando nesta tarde um requerimento que será protocolado nesta Casa, de forma respeitosa, ao principal mandatário do nosso Estado, solicitando do mesmo explicações sobre essas declarações. Friso aqui a forma respeitosa, porque queremos saber o que há por trás dessa declaração, se é que existe algo mais grave, já que o Governador está alardeando que solicitará uma auditoria nas contas da SERCOMTEL, a empresa de serviços de comunicação telefônica da cidade de Londrina.

Uma auditoria em uma empresa que é orgulho para nós “pés-vermelhos”. Uma empresa que tem uma parceria com a COPEL, que detém 45% das ações, sendo que 55% delas estão nas mãos da Prefeitura Municipal.

O que me causa espanto é que a SERCOMTEL é uma empresa de alta qualidade; que acaba de ser premiada pela sua eficiência, inclusive uma premiação internacional. Reconhecidamente, é uma das empresas que possui os menores índices de reclamações junto aos órgãos de defesa do consumidor.

Então, não consigo entender essas declarações do Sr. Governador. Ele, que sempre está em defesa das empresas paranaenses; Governador que é, por essência ideológica, estatizante; que defendeu agora recentemente o controle acionário da SANEPAR; que foi contra a venda da COPEL, mas que, de repente, com uma declaração desastrosa como essa, abala a opinião pública londrinense, porque levanta suspeita na condução da SERCOMTEL.

V. Exas. sabem que a declaração de um Governador de Estado tem um peso muito grande. E, num mercado volátil como é esse da telefonia, onde a disputa é

selvagem por novos assinantes, novos clientes, isso tudo nos causa preocupação, principalmente, porque recentemente na campanha eleitoral para Prefeitura o Governador levantou outra suspeita em relação às investigações que seriam feitas por ele mesmo quanto às campanhas publicitárias da SERCOMTEL.

Quais são as dúvidas do Governador? Quais são os números suspeitos? E, antes de dizer isto, até acho que o Governador poderia fazer uma consulta, já que a SERCOMTEL possui dois diretores indicados pela COPEL, ou seja, pelo próprio Governador. Por que ele não manda um e.mail? Não usa o telefone? Não consulta esses diretores sobre essas nuvens que pairam sobre a administração da empresa? Existe um Conselho de Administração. As decisões são tomadas de forma conjunta, com os indicados pelo Município e os indicados pelo Governador do Estado.

Essa é a nossa preocupação. O Governador tem acesso aos números. Sabe, portanto, ali com um terminal de computador na sua mesa, o que está acontecendo realmente na SERCOMTEL. É um homem zeloso pela coisa pública. Gostaria de convidá-lo para agir assim, por exemplo, diante do desvio de milhões de reais do Banco Santos. Por que não foi tão zeloso naquela oportunidade?

O Paraná perdeu milhões de reais naquela operação! Por que o Governador não levantou suspeitas em relação à administração do Poder de Antonina e Paranaguá que, notoriamente, dá prejuízos ao nosso Estado?

É um tiro que dá no próprio pé o Governador, ao fazer esse tipo de declaração, e eu, como Deputado de Londrina, do Norte do Paraná, não poderia ficar calado diante dessas declarações. Aliás, seria bom levantarmos o que aconteceu lá atrás, quando foi instaurada num dia e desfeita no outro, uma CPI para investigar os desvios da SERCOMTEL, de Londrina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Barbosa Neto.

Com a palavra no horário do Pequeno Expediente o Sr. Deputado André Vargas.

## ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente:

Quero, neste momento, ao saudar todos os Deputados e Deputadas, dizer que sobre a questão da nomeação do futuro Ministro do Planejamento do Partido dos Trabalhadores do Paraná, vou fazer uso....

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado André Vargas, se me permite um minutinho, está havendo um problema no som...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Não tem mais, Sr. Presidente.

O Deputado Reni Pereira nos oferecerá um espaço. Quero aqui, também, lamentar a postura do Governador em relação à empresa SERCOMTEL. Quero lamentar e solicitar que ele tenha, de fato, prudência e zelo com a coisa pública.

No final de 2003, inclusive companheiros nossos ficaram surpresos quando este Deputado, junto com o Deputado Paulo Bernardes, foi ao Ministério Público solicitar um posicionamento com relação aos gastos em saúde: isso nós fizemos obedecendo a um critério público, mas à época, o Governador aventava algumas questões com relação à SERCOMTEL.

Não há nenhuma discussão que a diretoria da SERCOMTEL e o Prefeito de Londrina se neguem a fazer publicamente. Agora, uma empresa que disputa mercado com outras poderosas como a TIM e a VIVO, nas condições que a legislação estabelece, o que dificulta bastante o trabalho dessa empresa, não pode ficar, por questões menores, por questões ligadas à polícia pequena, sujeita à destempérie de um Governador que, neste caso, posso dizer porque sou de Londrina, age com irresponsabilidade.

Não há nenhuma auditoria, nenhum dado que será tratado com pouca transparência. O Governador poderia ter tratado com muita transparência as denúncias de um Secretário com relação ao outro com relação às verbas de comunicação! Não fez!

De fato, o Governador que se fala um publicista, defensor da causa pública, não colocou dinheiro do Fundo de Pensão da COPEL nem no Banco do Brasil e nem na Caixa Econômica Federal, como faz a Prefeitura de Londrina. Esses são, Deputados Ângelo Vanhoni, bancos públicos. O Banco Santos não é banco público, é banco de 5ª categoria que certamente haverá repercussão se esse dinheiro não voltar àquele que de fato é defensor da propriedade desses recursos, que é o trabalhador da COPEL.

Será que ao olhar no espelho, Deputados com pseudoposição de esquerda não fiquem envergonhados quando vêm bilhões de reais indo embora? E não há nenhum tipo de postura, de auditoria, de levantamento de responsabilidade!

Será que não era o caso de os Deputados que têm essa posição, que acreditam no caráter público da causa do Paraná, olhando no espelho não se sintam envergonhados de nesse caso não se exigir uma apuração devida por que é que foi dinheiro público, dos trabalhadores, para o Banco Santos? Tomara que eu esteja errado, possivelmente para "off shores" no exterior, nos chamados paraísos fiscais. Certamente, isso virá à tona porque a hora da verdade sempre chega.

Pare de brincar, Governador! Não é porque não teve a nomeação de um apadrinhado seu na SERCOMTEL que você pode jogar uma empresa pública para o ralo! É a imagem de uma empresa pública!



Vamos olhar para frente, com coragem, mas acima de tudo transparência! Faz muito bem transparência, Governador!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Hermes Fonseca, com a palavra no Pequeno Expediente.

### ***Deputado Hermes Fonseca (PT)***

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Registro hoje aqui na tribuna um fato muito auspicioso para o Estado do Paraná.

Há muito tempo os nossos piscicultores de tanque-rede no Paraná lutam para regulamentar a sua atividade econômica que é a criação da tilápia lá na Bacia do Paranapanema.

Até o último dia 16 o IBAMA do Paraná tinha um entendimento diverso do de São Paulo, pois lá na margem do Paranapanema, do lado de São Paulo, a atividade do tanque-rede para a criação da tilápia era permitido, e no Estado do Paraná, não.

No dia 16 foi realizado um encontro de piscicultores na cidade de Bandeirantes, na Faculdade Luiz Meneguel, com a presença das Universidades de Londrina, Federal, Faculdade de Bandeirantes, com participação de técnicos e engenheiros de pesca da SEAB, da Secretaria da Pesca, com a presença do Secretário da Pesca do Paraná Jackson Pinelli, com a de piscicultores, enfim de uma comunidade muito ampla, com o IBAMA Nacional.

E o Ministério do Meio Ambiente oficialmente reconhece que a tilápia está estabelecida na Bacia do Paranapanema e, portanto, ela pode ser explorada economicamente, ela pode ser criada em tanque-rede no Estado do Paraná. Esta é a primeira conquista da Associação dos Piscicultores, que estão aí há dez anos lutando para regulamentar a atividade.

Segunda conquista: o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente entendem que as licenças ambientais para essa atividade devem ser expedidas pelo órgão ambiental do Estado, no caso do Paraná, o IAP.

Nós que participamos dessa luta e que no encontro de Bandeirantes fomos escolhidos como o representante, o porta-voz da categoria junto ao Governo do Estado e Governo Federal, queremos registrar esse fato com muito orgulho e muita simpatia, porque era inadmissível que o Estado de São Paulo, às margens de São Paulo, no Paranapanema, tínhamos atividade economicamente ativa, com licenças ambientais do órgão do Estado de São Paulo e os nossos piscicultores do Paraná tinham essas atividades impedida.

Na qualidade de representante da Associação dos Piscicultores, já tive uma audiência com o Secretário do Meio Ambiente do Estado do Paraná, Luiz Fernando Cheida e com o diretor-presidente do IAP, Sr. Rodrigues,

no sentido de que na forma mais breve possível seja regulamentada a atividade, através de normativas e sejam expedidas as licenças para que a atividade possa ser desenvolvida.

A aquíicultura é uma atividade que mais tem crescido nos últimos dois anos. O crescimento foi da ordem de 926%. É uma atividade geradora de emprego, renda, ICMS e ambientalmente sustentável. Não é possível que uma atividade que tem todas essas características, que vem compensar o alagamento de terras férteis que os nossos agricultores exploravam - não podemos compensar com uma atividade econômica que possa contribuir para o desenvolvimento do Estado do Paraná e deste País.

Os Municípios que pertencem à Bacia do Paranapanema têm essa expectativa de poder, em curto prazo, estar com a atividade do tanque-rede regulamentada e gerando emprego, renda e imposto para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia, no horário do Pequeno Expediente.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Eu gostaria de registrar a presença do Diretor do PROCON de Maringá, ex-Vereador, ex-Presidente da Câmara Municipal, Ulisses Maia, que muito nos honra com a sua presença e também é irmão do ex-Deputado estadual Ricardo Maia.

Quero me somar também ao pronunciamento do Deputado Hermes da Fonseca.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradecemos aos ilustres visitantes, suas presenças na tarde de hoje.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente.

Eu gostaria de registrar a presença neste plenário do diretor do jornal O Regional, de Assis Chateaubriand, Ademir de Brito e também dos representantes dos servidores da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, que reivindicam o seu plano de carreira.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Muito obrigado pela presença.

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

### ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Queria dividir a minha fala em dois momentos e até pedir aos companheiros do PMDB que, se necessário for, me autorizassem a usar o tempo do Partido. Obrigada!

Primeiro, dizer que esta Deputada tem ouvido sistematicamente nesta Casa discursos em relação à questão da falta de segurança na nossa região, a Cidade de Londrina, como se essa questão fosse única e exclusivamente responsabilidade do Governo Roberto Requião, em uma falta nítida de conhecimento dos movimentos nacionais e até internacionais que levam à questão da violência. Nós lidamos com um país de exclusão, com um país de desigualdades sociais muito fortes, com um índice de desemprego alarmante e com uma das maiores desgraças que um país pode conviver, que é a questão do tráfico de drogas e tráfico de armas. Isso tudo reproduz e gera violência! Nós não podemos, absolutamente, em um discurso enfático de cobranças, esquecer essas questões. Mas, compete, sim, aos Governos constituídos, a nós que aqui estamos e à sociedade civil buscarmos juntos alternativas para minimizar esse problema. Digo minimizar, porque levaremos décadas, na minha avaliação, para resolver um problema tão grave no Brasil, Sr. Presidente do PSDB, Valdir Rossoni.

Portanto, penso que quando discursamos com os nossos elogios ou nossas críticas, não podemos perder de vista o fio condutor que nos deve nortear nesse tipo de discussão. Tenho conversado sistematicamente - para não dizer todos os dias - com o Secretário da Segurança, com o Secretário da Justiça, com a cúpula da Polícia Civil e da Polícia Militar; tenho conversado com representantes de Conselhos da Região Norte do Paraná, da Cidade de Londrina, na busca de alternativa, sugestões que possam minimizar esse problema da violência.

Hoje mesmo tem uma matéria na Folha de Londrina, onde o Conselho Regional da Região Norte de Londrina faz um sugestão para reativar alguns prédios da zona rural de Tamarana, que foram construídos há muito tempo atrás, para lá funcionar uma Colônia Penal Agrícola. Esses prédios estão lá, foram utilizados e cedidos ao longo do tempo para várias organizações, inclusive para o IAP, e funcionavam como depósito de agrotóxico. Então, hoje está sendo feita uma análise, uma discussão inclusive com técnicos da UEL para ver se aqueles prédios poderiam ser utilizados para uma Colônia Penal Agrícola, quando estaríamos minimizando um pouco a questão da violência em Londrina.

Posto isso, apenas para desanuviar e mostrar à população do Estado do Paraná que não temos aqui um ou dois fiéis escudeiros e preocupados com a questão da segurança em nosso Estado. Temos 54 homens e mulheres na Assembleia Legislativa, todos nós preocupados com essa questão e nas nossas agendas colocando a questão da segurança como uma pauta para também buscarmos alternativas, sugestões, apresentarmos aos Secretários, ao Governador, para minimizarmos o problema da segurança em nosso Estado. Acho importante

chamarmos atenção para essa questão, porque é muito desagradável quando chegamos à nossa região e ouvimos: nossa, parece que você não está preocupada com a questão da segurança do nosso Estado!

Concluída essa questão, quero passar à outra.

Assim que assumi a Assembleia Legislativa como Deputada, consegui as assinaturas e pedi uma CPI COPEL/SERCOMTEL para analisar várias questões que ainda hoje permanecem pendentes em relação a essas questões, muito principalmente porque imaginava que pudéssemos detectar, de alguma maneira, onde foram parar os 186 milhões de reais, oriundos da venda da SERCOMTEL para a COPEL, que até hoje não foi prestado contas. Não só fui impedida de participar como Presidente desta CPI, uma coisa inédita aqui na Assembleia Legislativa, como não participei sequer como membro, mostrando uma preocupação permanente e sistemática com essa questão.

Em relação ao discurso anterior do companheiro André Vargas, eu gostaria de dizer que a COPEL vê na SERCOMTEL apenas um negócio e que não pode, absolutamente, permitir o uso da SERCOMTEL como nicho político e vice-versa, de lá para cá, de cá para lá, nem tampouco da COPEL como nicho político.

Portanto, se o Governador pede uma CPI - eu não tenho procuração aqui para falar por ele, mas sou da Base de Sustentação do Governo - ele deve ter as suas razões. Nós vamos no momento oportuno, companheiro André, verificar se ele tinha ou não razão.

Gostaria de dizer que quando foi colocado aqui que essa CPI seria uma retaliação porque um apadrinhado do Governador não foi colocado em um cargo eu também me reservo na obrigação de dizer o seguinte: quando ele esteve em Londrina para entregar as ordens de serviço da penitenciária, usou a sala do Prefeito Nédson para fazer alguns despachos com populares ali, da Cidade de Londrina. Gentilmente o Prefeito Nédson cedeu a sua sala. E nesse momento o Governador conversou com o Prefeito, na minha presença, dizendo que tinha interesse em que houvesse uma divisão das duas diretorias, hoje ocupadas por um técnico, aliás, muito competente; a Diretoria Financeira e Administrativa estavam juntas. E o Governador dizia ao Prefeito se elas não poderiam ser desmembradas, conforme preconizam os documentos da SERCOMTEL e da COPEL, para que o Governador fizesse uma indicação.

O Prefeito Nédson, na minha presença, portanto sou testemunha ocular da conversa, disse que não teria nenhum problema da parte dele, desde que a Diretoria da COPEL concordasse com isso e desde que fosse feita uma reunião do Conselho para fazer o desmembramento. Eu participei dessa conversa, participei dessa discussão e não é apadrinhamento, nós falamos aqui do ex-Vereador Leonilson Jaqueta, que é uma pessoa que durante todo o tempo em que foi Vereador foi um grande defensor da administração do Prefeito Nédson, e que tinham relações bastante estreitas e cordiais.

Portanto, não posso ouvir isso e ficar calada porque seria consentir um equívoco; o que houve foi um acordo entre o Governador Roberto Requião e o Prefeito Nédson Michelletti, com quem conversei muito recentemente sobre o assunto para o desmembramento dessas duas diretorias que foram juntadas e para que também a COPEL pudesse indicar o nome, porque isso é de direito da COPEL.

Conversando com o Dr. Rubens, que é Presidente-Diretor da COPEL, e o Dr. Rossafa, eles confirmaram essa questão e o que está havendo é apenas a concretude de um acordo entre o Prefeito Nédson, ou seja, entre a SERCOMTEL e a...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Solicito a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Obrigada!

Então, gostaria de dizer que não há má-fé, não há desrespeito e não há, acima de tudo, tentativa de apadrinhamento, conforme foi colocado aqui para confundir a população, para confundir aqueles que nos vêem e nos ouvem neste momento, para colocar que também o Governador é chegado num mau negócio como foi colocado explicitamente, neste momento.

Gostaria de dizer que se não tivesse participado, Deputado André Vargas, da conversa, eu não teria argumentos para fazer esta fala que faço agora, mas participei, e houve um acordo, sim, do Prefeito Nédson e do Governador Roberto Requião para que ele indicasse quem ele quisesse! Ele disse que indicaria o Jaqueta e perguntou mais: “Prefeito Nédson, o senhor tem alguma coisa contrário a este nome que estamos indicando?” O Prefeito disse: “não, Sr. Governador, não tenho nenhuma questão contrária ao nome indicado por V. Exa.”

É muito simples, é só isso. O resto é invenção para poder colocar gasolina numa fogueira.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)**

Apenas um esclarecimento, Sr. Presidente, para dizer que a Deputada Elza confirma, *ipsis litteris*, aquilo que eu falei: que o Governador, numa reunião, tratou de assuntos de cargos, para indicar o candidato a Vice na sua chapa, não tratou de problemas da SERCOMTEL que agora ele aventa, numa emissora de rádio...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Não há Questão de Ordem a decidir.

**O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara de Santana do Itararé, Vereador Gilmar, nesta Casa de Leis.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Devidamente registrado. Obrigado pela presença.

Deputado Reni Pereira com a palavra.

Deputado, V. Exa. está inscrito no Grande Expediente também. Consulto a V. Exa. se não gostaria de fazer a troca com o Deputado Elio Rusch, porque aí poderia já continuar o seu horário?

**Deputado Reni Pereira (PSB)**

**O SR. RENI PEREIRA**

Sr. Presidente, gostaria de deixar do jeito que está, até pedindo desculpas ao Deputado, tendo em vista que o assunto que vou falar no Pequeno Expediente diz, tão somente a respeito da nossa querida Foz do Iguaçu e no Grande Expediente vamos falar, juntamente com o Presidente da AMP, Deputado Presidente do PT a respeito da nomeação do Ministro do Paraná.

Então, não gostaria de confundir as coisas.

O assunto que me traz à tribuna hoje é que realmente o Paraná está em festa e Foz do Iguaçu também, mas por outro lado, está chorando! Festa porque com a ascensão do Ministro Paulo Bernardo, nós, que por décadas buscamos ter um representante na Câmara dos Deputados, Federal, vamos ter oportunidade com o Vice-Prefeito, que é o suplente do PT.

Por outro lado estamos chorando! Chorando porque eu queria, não só eu como toda população de Foz do Iguaçu, as lideranças políticas de lá, indistintamente, gostariam de dizer que a Gazeta do Povo de hoje em sua manchete e nas suas duas páginas que falam sobre Foz do Iguaçu, está mentindo. Mas ela não está! E hoje a manchete do maior jornal de circulação do Estado do Paraná que realmente leva o que acontece no Paraná para o Brasil e para algumas partes do mundo, já na sua manchete, coloca: “cerco ao contrabando provoca impacto na região da fronteira; tanto do lado brasileiro quanto do lado paraguaio, o caos é nítido!”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Já faz, no mínimo dois anos que nós pedimos aqui a atenção, não só do Governo Estadual, mas também do Governo Federal, no que diz respeito à criação de novas oportunidades em Foz do Iguaçu, porque não podemos vir aqui atribuir à Receita Federal a culpa por isso. Com certeza eles estão cumprindo ordens e nós não podemos nos esconder atrás daquilo que o Brasil inteiro sabe, que mais de 40.000 pessoas desempregadas hoje em Foz do Iguaçu dependem daquele comércio informal. Agora, não podemos dizer para a Receita Federal: “fechem os olhos”, porque atrás disso nós sabemos que passam tantas outras coisas.

O que nós queremos, na data de hoje, é pedir que, a exemplo do Deputado Federal, José Borba, Líder do PMDB que estendeu a mão ao nosso Prefeito quando esteve em Brasília na semana passada, o Prefeito Paulo McDonald pediu que neste momento, emergencialmente, aumente-se a cota de 150 para trezentos

dólares, para que possamos fortalecer o turismo de compras, e com isso, nós possamos dar oportunidade a tantas pessoas que hoje sobrevivem dessa informalidade e que a partir de então poderão ter um alento em tantas outras alternativas.

E é interessante que a Gazeta do Povo deixa explícito que a polícia age, os sacoleiros somem e Foz padece. Quem padece com esse arrocho na fronteira é Foz do Iguaçu. E o cerco aos contrabandistas, segundo a Gazeta do Povo, - e me somo a isso, - imobiliza nossa economia local e regional sem oferecer alternativas de emprego.

Neste momento peço ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que é de Foz do Iguaçu, e ao Líder do PMDB, Deputado Anibelli, se eventualmente estiver, para que sigam o exemplo do Deputado Federal José Borba e vamos fortalecer, porque Foz do Iguaçu, neste momento de caos, não está em jogo nenhuma disputa política, está em jogo, sim, a nossa permanência como um destino turístico, como um cartão postal, e está ameaçado, porque os números que a Gazeta do Povo traz e que nós conhecemos muito bem, Deputado Dobrandino, mas só para explicitar para esta Casa, alguns dos números são: dez mil brasileiros trabalham como balconistas ou como gerentes em Ciudad del Este, mil e cem moto-taxistas trabalham na travessia de pessoa na ponte, mais ou menos noventa trabalhadores com peruas, sem contar mais de doze mil pessoas que atendem em restaurantes, lanchonetes, pousadas, e esses sacoleiros também estão com o emprego sacrificado.

Portanto, Sr. Presidente, o que é que o impacto causado pela fuga (como afirma a Gazeta do Povo) dos sacoleiros, seja amenizado pelo Governo do Estado que tem à disposição há mais de dois anos na Lei de Diretrizes Orçamentárias a previsão de incrementar atividades ocupacionais nos mais diversos setores. A chamada ocupação e renda, uma bandeira que nós empunhamos, e que o Governo Federal também pode auxiliar, porque seria ilusão pensar que vamos criar vinte, trinta mil empregos do dia para noite. Podemos, sim, numa parceria com o Município e o Governo do Estado, que tem a previsão legal e também com o Governo Federal que tem amparado as atividades ocupacionais em diversos setores, começar um grande multirão ocupacional.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está esgotado o seu tempo.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Encerro por aqui.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo orador, Sr. Deputado Elio Rusch por cinco minutos.

## ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna hoje para discorrer sobre o encontro que houve no último sábado, dia 19, na cidade de Cascavel, quando os agricultores do Oeste, parte do Sudoeste, parte do Noroeste, parte do Centro do nosso Estado, estiveram reunidos. Aproximadamente dez mil agricultores estiveram nesse fórum agropecuário paranaense sobre a reserva legal florestal. Estiveram lá também o Presidente da FAEP, Presidente da OCEPAR; diversos Presidentes das cooperativas singulares, o Senador Osmar Dias, os Deputados Federais Dilceu Sperafico, Ricardo Barros, Moacir Micheletto e Eduardo Sciarra; os Deputados Estaduais Duílio Genari, Reni Pereira, Ademir Bier e mais a nossa pessoa; diversos Prefeitos; inúmeros Vereadores; diversas lideranças do setor agropecuário e também lideranças empresariais, porque na verdade o tema é muito preocupante para o setor produtivo do nosso Estado, e por que não dizer, do nosso País, quando se refere à reserva legal. Sabemos que no Congresso Nacional existe a discussão sobre o Código Florestal Brasileiro e o relator é o Deputado paranaense, Moacir Micheletto. Além desse Código, existe em cada Estado uma legislação específica através de leis e de decretos governamentais que regulamentam o Código Florestal Brasileiro. O que nós temos no País hoje?

Uma única legislação, que é o Código Florestal Brasileiro e nós sentimos no último sábado, na cidade de Cascavel, naquele grande Encontro que reuniu milhares de agricultores do nosso Paraná, a grande preocupação dessa classe. Primeiro, ninguém é contra o meio ambiente. Todos sabem da necessidade de preservar o meio ambiente do nosso País, mas uma coisa ficou clara e evidente, que nós não podemos comparar o Sul do Brasil com a Região Amazônica. Nós temos que dividir o Brasil, através de zoneamento, através de região e criar em cada região, os módulos, porque não podemos comparar também o grande com o pequeno proprietário. Se você pegar um grande proprietário e ele tem que instituir a sua reserva legal, seja 20%, não inviabiliza esse proprietário, mas o pequeno proprietário com dois ou três alqueires de terra, se ele tiver que reflorestar 20%, inviabiliza-se esse pequeno produtor! Tem um agravante! Não se pode computar a mata ciliar para formação dos 20%.

Então, temos que fazer com que a mata ciliar possa ser computada também para a formação do índice necessário para recuperação da mata nessa propriedade, e nesse Encontro em Cascavel ficou claro que o Brasil vai se mobilizar através das suas lideranças, para que nós possamos alterar esse quadro que hoje pode inviabilizar o pequeno proprietário.

Deputado Augustinho Zucchi que preside a Sessão de hoje, que é da área agrícola, do agronegócio, nós sabemos que o meio ambiente é preocupante e ainda mais no

momento que vivemos hoje, da estiagem, que é o bem maior que nós temos, que é a água e a água é um bem terminável. Nós temos que conservar a água e não só ela.

Concluo, Sr. Presidente.

Se nós conseguíssemos criar módulos nessas regiões do nosso País, em grande parte nós poderíamos, estaríamos resolvendo essa questão, mas acima de tudo, convencer os congressistas para que a mata ciliar possa ser computada para a formação da reserva legal.

Nós não podemos jamais, afetar o desenvolvimento sócio-econômico do nosso País e o que os nossos produtores sabem fazer é produzir alimento para o Brasil e para o mundo. É por isso que os congressistas e os legisladores têm que ter a consciência e a sensibilidade de não viabilizar o pequeno. Temos problemas aqui no Estado do Paraná? Temos. O Decreto do Governador é um problema? Restringiu? Restringiu, sim, e isso será debate, estudos aqui na Assembléia Legislativa, para adequar o caminho que nós vamos adotar ainda.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira.

## ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, eu não vou usar os trinta minutos, até porque tínhamos reservado para falar sobre a Reforma Tributária e temos para falar nesse assunto também, o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, e cedemos o espaço no final do Grande Expediente, para que o Deputado André Vargas fizesse os comunicados oficiais com relação ao novo ministério para o Paraná, ou para o ministério concedido para o paranaense.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de ontem, foi entregue pelo Deputado José Maria, membro da Comissão de Acompanhamento da Reforma Tributária desta Casa, a Carta do Paraná ao Presidente da Câmara de Deputados Federais, Severino Cavalcanti.

Nessa Carta do Paraná, nós elencamos vários tópicos de interesses não só do Estado do Paraná, como também de todos os Estados da Federação e dos Municípios. Gostaria de destacar apenas três deles para, na seqüência, passar a palavra ao Juarez Henrichs, Presidente da AMP.

O primeiro é que provavelmente - mas nós mesmo assim retiramos o pedido -, no texto Constitucional seja contemplado uma proposta que saiu aqui, do Estado do Paraná, da Comissão que representa esta Casa, composta pelos Deputados Durval Amaral, José Maria Ferreira e Reni Pereira. Nós representamos os 54 Deputados, e essa proposta pela União Nacional das Assembléias Legislativas

e, provavelmente seja consagrado no texto constitucional que virá com o advento da reforma tributária. É que os Estados não percam a autonomia tributária no seu imposto maior que é o ICMS; para tanto provavelmente as Assembléias Legislativas vão poder legislar em até 5% da alíquota única que for definida, mas, serão definidos cinco tipos de alíquotas pelo Senado Federal e os Estados poderão legislar em até 5% a mais, em, no máximo, quatro produtos.

Significa na prática que provavelmente nós vamos ter, quando o Estado passar por uma necessidade financeira, a competência para aumentar o imposto da energia elétrica, da telefonia, dos combustíveis e provavelmente dos transportes.

Por que provavelmente dos transportes? Porque embora o transporte não seja o quarto item em matéria de arrecadação, é um item que, quem tomar o transporte, não pode deixar de tomar em Ponta Grossa para tomar em São Paulo. São itens que o consumidor vai ter que consumir aqui no Estado do Paraná.

Portanto, não há a justificativa se nós aumentarmos o Estado do Paraná, da guerra fiscal hoje existente de se comprar esses produtos em outros estados.

O segundo item que eu destaco é a questão, já lançada há muitos anos, pelo Dr. Francisco da Cunha Pereira, que é a questão da exceção à regra do princípio de origem no que diz respeito à Tributação da Energia Elétrica.

Pedimos nessa carta para que pelo menos essa exceção seja amenizada, e o Estado do Paraná comece a ter um pouco de benefícios com relação a essa contribuição importante que dá ao Brasil.

Também, pedimos que a Lei Kandir seja definitivamente pensada de forma clara e inequívoca, no novo texto constitucional, para que não fiquemos à mercê de entendimentos políticos de benesses do Poder Central. Afinal de contas, os Estados abrem mão dos seus tributos para contribuir com o País e, quando precisam desse retorno ficam dependendo de várias condições que nós entendemos não pode haver, no que diz respeito aos Estados.

Então eu gostaria de, antes de chamar o Presidente Juarez Henrichs, até explicitar o que saiu na imprensa na semana passada, que diz respeito a que o Estado do Paraná possa vir perder receita, mesmo ganhando 1% a mais, conforme acordado com os líderes.

Isso diz respeito tão somente a uma planilha que vocês receberam da AMP, que na prática significa que com o possível aumento de 1% FPM nós aqui do Paraná e do Sul do País vamos perder. Por quê?

Porque para compor esse Fundo Nacional de Desenvolvimento que vai ajudar os Estados do Norte e Nordeste e Centro Oeste e alguns Municípios do Vale da Ribeira, em São Paulo e no Paraná, o Governo Federal prevê a utilização de 93% do aumento da receita do IPI. Ou seja, o IPI é um imposto compartilhado com os Estados e com os Municípios, só que hoje as contribuições

sociais são deduzidas do pagamento do IPI, ou seja, o golpe branco que o Governo vem dando - não este Governo, o Governo Federal, - ao longo dos anos, em aumentar a participação da União em arrecadação através de contribuições, diminuindo estas contribuições da base de cálculo dos impostos, que são partilhados com os Estados e com os Municípios.

Esta compensação, que diz respeito ao IPI, está prevendo que vai acabar, e este aumento de receita do IPI, que na prática aumentaria em mais de 2% a participação dos Municípios e também dos Estados, prevê que 93% deste aumento seja destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, ou seja, na prática, o Governo Federal vai fazer graça e cortesia com o chapéu alheio.

Por isso eu alertava na semana passada, e nós vamos fazer coro juntamente com os Prefeitos do Paraná e do Brasil, junto com a Bancada Federal do Paraná e do Brasil, para que o Governo realmente institua este Fundo, mas que não tire dos Municípios do Sul e do Sudoeste essa cota-parte para compor este Fundo.

Concedo aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

#### **O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

V. Exa. traz à tribuna hoje um assunto especialmente importante, em especial à vida econômica dos Estados. Até quero crer que os Governadores da Federação Brasileira não estão muito preocupados ou “anteados” com a reforma que está aí.

Tiveram, num primeiro momento, a reunião dos Governadores. Depois, deu uma arrefecida e nós estamos vendo a dita reforma tributária caminhar sem muita atenção. As perdas são importantes, especialmente as que transferem recursos do Sul, do Sudoeste, área mais desenvolvida, para outras áreas menos desenvolvidas. Mas, elas não podem fazer, simplesmente, à custa do Estado, ou dos Estados e Municípios. Precisamos fazer com que a União Federal crie um Fundo, o que V. Exa. está defendendo, e que esse Fundo banque o desenvolvimento dessas regiões. E é o momento também importante, especialmente para o Paraná, fazer a defesa do ICMS gerado pela energia, porque há muito estamos perdendo. Perdemos, em média seiscentos milhões de reais/ano, só na transferência da cobrança, na ponta final, e não na origem, aonde todos os outros produtos e serviços são tributados.

Por esta razão, a Comissão criada nesta Assembléia Legislativa, presidida por V. Exa. e que fazem parte este Deputado e o Deputado Durval Amaral, tem acompanhado com atenção. Por quê? Porque é mais uma forma de os recursos vazarem pelos escaninhos da União, sem a devida aplicação, onde efetivamente está produzindo.

Se nós entendermos que temos Estados e Municípios da região Sudoeste e Sul, que tiveram que financiar, nós vamos estar transferindo renda desta região sem a devida compensação, que é a Lei Kandir, que muito bem colocou V. Exa. quando os Estados precisam, têm direito

a reaver, têm que ir de “pires na mão” solicitar o retorno da Lei Kandir.

Parabéns pelo pronunciamento. A sociedade paranaense precisa ficar atenta a esta reforma tributária que está se desenvolvendo, porque nós, com certeza, seremos um dos grandes prejudicados na Federação.

Muito obrigado!

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Agradeço o aparte da V. Exa. e agradeço a contribuição que tem dado na Comissão, juntamente com o Deputado Durval Amaral. Já aproveito para posicionar os demais Pares desta Casa, que receberão um documento de maneira concisa do que está ocorrendo. E provavelmente vamos ter uma votação da maioria dos itens importantes da reforma tributária, ainda este mês.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra o ex-Prefeito Juarez Henrichs, que fará uso da palavra também no Grande Expediente.

### ***Sr. Juarez Henrichs***

#### **O SR. JUAREZ HENRICHS**

Gostaria de agradecer a Deus por este momento.

Saudar o Presidente Hermas Brandão e os demais Deputados e Deputadas, e fazer um agradecimento especial a esta Assembléia que, através do Deputado Reni Pereira, é uma das poucas Assembléias na Federação Brasileira que tem se preocupado com a situação dos Municípios.

Queríamos fazer este referendo aqui aos Deputados e Deputadas paranaenses, pois têm estado ao lado dos Municípios nas horas mais difíceis, enquanto outras Assembléias não têm feito isso. E o Deputado Reni tem nos acompanhado em Brasília em todas as lutas municipais e está fazendo um belo trabalho em prol dos Municípios.

Agradecer também, em nome dos Prefeitos paranaenses, ao Secretário da Fazenda, Dr. Heron, que é um entusiasta, e foi um dos grandes defensores da questão do municipalismo. Ele, na reunião do CONFAZ, trouxe para os Municípios a preocupação que estava se passando na questão da reforma tributária que entra em votação dia 29, agora.

É muito simples uma conta. Até 1988 os Municípios tinham 11% de suas receitas. Após a Constituição de 1988, tivemos mais atribuições, mais encargos e nossa Receita foi para 19.5% de toda a arrecadação do País. Hoje as contribuições têm aumentado muito. Tanto é que elas hoje já ultrapassam 14% dos impostos arrecadados no País. Das contribuições, nenhum centavo vem para os Municípios.

Qual é o apelo aos Deputados Estaduais, hoje? Em 2001/2002 no auge das crises nacionais, caímos para

13%. No Governo atual conseguimos avançar nessa receita de 13% para 14.5% do bolo nacional. É insuficiente.

Quando foi municipalizada a saúde, pois era 100% bancada pelo Governo Federal, qualquer um que pegava a carteirinha do INSS e o Governo Federal bancava a saúde do cidadão.

Hoje o Governo nos repassa um real e cinquenta centavos *per capita*/mês para o Prefeito fazer a saúde. Dar médico, dentista, o transporte, o exame. Enfim, fazer a saúde com um real e cinquenta! Desafio qualquer cidadão! com um real e cinquenta, consiga comprar um sorvete na esquina. Não consegue! Isso, nos últimos oito anos! Estamos recebendo um real/ano *per capita* para comprar medicamento para cada cidadão!

Então, o Prefeito não tem mais como administrar o Município. O que queremos pedir aqui nesta Casa? Estamos tramitando no Congresso um dado importante que estamos mexendo no Senado e na Câmara, comprovado, que os Municípios brasileiros gastam cinco bilhões de reais em encargos que eram de competência dos Estados e da União. Queremos reverter isso, avançar neste sentido, mas a reforma tributária não vem ao encontro do que buscamos. O Secretário Heron nos passou que na reunião do CONFAZ, o relator Deputado Vergílio Guimarães está criando um fundo de desenvolvimento regional para o País, e esse fundo de um bilhão e novecentos vai ser retirado do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Quer dizer, do IPI e do imposto de renda.

Gostaríamos do apoio dos 54 Deputados e Deputadas do Paraná, para que não deixem esse Fundo passar. Façam uma força, junto com a Bancada Federal, porque seria o fim, tirar dinheiro do Município para beneficiar e desenvolver as regiões do Nordeste. Quem perde com isso? São Paulo perde 124 milhões de reais/ano. Minas Gerais perde 119 milhões/ano e o Paraná perde 61 milhões/ano!

Não é justo! Não temos mais como sustentar os Municípios brasileiros. Não tem mais o que fazer para o cidadão. O movimento social está muito grande! As pessoas não suportam mais, porque chegam no Prefeito do Município e não tem mais o que fazer, não tem mais dinheiro e a concentração está ficando no Governo Federal.

Então, há necessidade de que esse Fundo seja criado, sim, porque é um compromisso do Governo Federal, do Presidente Lula, mas que não se tire dinheiro dos Municípios e muito menos dos Estados! Que tire esse um bilhão e novecentos das contribuições que o Governo tem e não dos municípios! Essa é a nossa luta e o que estamos pedindo aqui.

Só para os Deputados terem uma idéia, na pasta que a AMP entregou, esse um bilhão e novecentos, na segunda tabela, onde diz a comparação de 1% dia 29 vai ser votado aquele 1% que dá um bilhão e duzentos milhões de reais para os Municípios brasileiros e o

Paraná ganhará com isso em torno de noventa e quatro milhões. Com a criação do Fundo, olhem bem, isso que eu queria que os Deputados prestassem atenção e saíssem à luta conosco, o Estado do Paraná vai perder oito milhões desse 1%! Os Municípios paranaenses vão perder 71 milhões!

Então, queríamos reverter essa situação sensibilizando o Parlamento brasileiro, para que se crie esse Fundo para desenvolver as regiões, mas que se incluam, por exemplo, o Vale da Ribeira no Paraná, o Sudoeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina, o Sul do Rio Grande do Sul, que há mais de dez anos têm secas iguais às do Nordeste. A região da Ribeira, quem conhece sabe que é tão pobre quanto o Nordeste. Não vejo por que motivo tirar o dinheiro do Sul do País para colocar no Nordeste. Há problemas de regiões, claro que há, mas que o Governo tire das contribuições e não dos impostos.

Para encerrar, queria fazer um pedido. A MP 285/2004 está tramitando na Câmara e nós queremos passar, inclusive, aos Deputados e Deputadas, porque os Municípios não suportam mais pagar o ônus, a conta que não é sua. O que está acontecendo?

Tem um projeto tramitando, de autoria do Senador Osmar Dias, para isentar o IPI da compra de maquinário, ambulância, enfim, aquilo que o Município precisa.

Hoje, o taxista é beneficiado, os que têm problemas de deficiência física são beneficiados. Por que uma Prefeitura não ser beneficiada com impostos, se ela atende todo cidadão?

No Senado, através do Senador Osmar Dias, já passou na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos, a isenção do IPI (que vai para Câmara agora) de compra de tudo que os Municípios adquirem e nós queríamos pedir para que os Deputados pudessem, por meio da Assembléia Legislativa, fazer também um projeto de lei para isentar, por exemplo, o pior problema, hoje, dos Municípios que é o setor rodoviário. Se você comprar uma patrola nova, você vai economizar, tirando o IPI, ICMS, os impostos, 36% do encargo. Então, quanto é que o Município economiza?

Você vai comprar um medicamento, é injusto o Município pagar impostos do medicamento que atende o cidadão. Por que o Município vai pagar esses impostos?

Então, esse é o pedido que faço para a Assembléia, para que realmente o Governo do Estado fique sensibilizado e isente as Prefeituras na cobrança do ICMS da luz, do telefone, do medicamento e das compras do setor rodoviário dos Municípios.

Este é o apelo, em nome de todos os Prefeitos e Prefeitas do Paraná, que nós pedimos aqui. Agora, isso é um pouco mais forte: gostaríamos que os 54 Deputados e Deputadas estivessem aqui ouvindo o pleito dos Municípios do Paraná. Esperamos que a Assembléia Legislativa saia na frente, mais uma vez, como sempre saiu na Federação Paranaense. Na liderança do Deputado Reni, dos Líderes dos Partidos, que esse projeto não seja aprovado, que os Deputados Federais, independente de Partido, não

votem na aprovação desse fundo tirando dinheiro dos Municípios.

Queremos pedir, em nome dos Prefeitos (já foi, inclusive, aprovado na Associação dos Municípios do Paraná), que para o Deputado ou a Deputada que aprovar esse Fundo tirando dinheiro dos Municípios, se faça uma campanha muito forte e que a população paranaense rejeite, em 2006, aquele que votar tirando dinheiro dos Municípios em prol do desenvolvimento do Nordeste. Esse é o pedido que fazemos e que ficou aprovado em assembléia dos Prefeitos e Prefeitas Paranaenses.

Vamos fazer uma divulgação em nível de mídia escrita, televisionada, falada e também em out-doors? Se por acaso o Deputado paranaense votar em favor desse Fundo. O Relator, Deputado Vergílio Guimarães, foi infeliz em colocar esse Fundo e sei porque já estava descartada a possibilidade da criação do Fundo com recursos dos Municípios.

Queria agradecer ao Deputado Reni pela oportunidade, agradecer aos Deputados Estaduais que nos estão auxiliando que, através daqui, essas vozes que são da população, que são dos Municípios, cheguem à Bancada Federal paranaense, cheguem ao Congresso e que não precisemos mais uma vez pagar a conta daquilo que é de responsabilidade do Governo Federal!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado André Vargas.

Antes, o Deputado Vanhoni havia solicitado a inserção, mas tínhamos mais dois Deputados aguardando para ver se haveria uma vaga, mas como não houve, infelizmente ficamos devendo ao Deputado Vanhoni.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fiz uso da palavra já no Pequeno expediente, a fim de separar as questões, porque as questões focadas, a nossa querida empresa SERCOMTEL, que deve ser preservada, tratada com zelo, com cuidado porque é uma empresa pública, não pode ser exposta às polêmicas da política. Portanto, já foram esclarecidos os temas.

Quero aqui agradecer ao Deputado Reni Pereira que nos cedeu um espaço no Grande Expediente, para, em nome da Assembléia, em nome também da Bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome de todos os dirigentes e militantes deste Partido e acima de tudo em nome do Paraná, congratular-me com o Deputado Paulo Bernardo.

Nomeado Ministro nesta tarde, representará, tenho certeza, todos os paranaenses pois que na sua vida pública já tem demonstrado ser um homem de fibra, sabendo que a política muitas vezes não é só a arte de dar

boas notícias. O mandato público não é uma vara de condão que se resolvem todos os problemas. Muitas vezes há que se ter firmeza nas questões orçamentárias, nas questões fiscais, pois é preciso cobrar os impostos para que possam ser redistribuídos na forma de serviços.

Portanto, o Presidente Lula, que procura formar o seu Ministério, aliar a competência política à competência técnica. Competência política porque o Deputado Paulo Bernardo tem trânsito dentro do Congresso Nacional.

Deputado pela terceira vez, foi Deputado de 90 a 98, foi Secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul e da cidade de Londrina no período de 99 a 2001 e pode também viver a experiência do Executivo, seja no Mato Grosso do Sul, seja em Londrina.

Também, sempre como Deputado, atuou na área orçamentária, uma área essencial para o planejamento.

Hoje, estarão sendo nomeados dois Ministros: o Romero Jucá, Senador que também tem tratos com a questão fiscal e orçamentária, e o Deputado Paulo Bernardo, para Ministro do Planejamento.

Lógico que a competência política também está ligada à afinidade; seja, o Partido como um todo tem. O Deputado Paulo Bernardo em específico tem com a política econômica em curso do País, que faz mudanças responsáveis, não muda por mudar, mas muda com consistência e para melhor, que os indicadores da economia aí estão.

A afinidade política com essa diretriz do Presidente Lula, executada pelo Palocci e pelo Meirelles, terá no Deputado Paulo Bernardo, um aliado.

Mas, também há competência política no sentido de ter trânsito inclusive com Deputados da Oposição, portanto, quem comemora hoje não é apenas o PT, mas todos os Partidos políticos que entendem que hoje está sendo escolhido um Ministro para o Paraná.

Para que todos possamos dizer que além do nosso Presidente da Itaipu, Jorge Sameck, que tem uma função relevante, temos sim outras funções relevantes, a Márcia Lopes, no Ministério da Ação Social. Outros na questão agrária: O Bianchini, que trabalha na agricultura familiar. Temos o Gil Carvalho que é daqui e que esteve militando conosco e hoje é Secretário Especial do Presidente Lula. Temos inúmeros companheiros em todas as funções públicas, em todos os Ministérios que são do Paraná, mas não tínhamos um ministro. Hoje temos e por isso usamos esse expediente que foi concedido para nos congratularmos com o Deputado Paulo Bernardo.

Falei, antes de lhe conceder um aparte, da competência técnica desde o começo do seu primeiro mandato; esteve afinado com as questões orçamentárias e de planejamento. Portanto, aliar a questão técnica à questão política faz muito bem. O Presidente Lula está de parabéns pela escolha. Conheço o homem, o militante, o companheiro, mas não é com esse espírito que falo aqui, mas, sim, de reconhecer que hoje o Paraná está em festa.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.



**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Quero somar-me ao seu pronunciamento para fazer aqui uma referência especial à escolha do novo Ministro do Planejamento, Deputado Federal Paulo Bernardo. Com certeza a escolha é acertada pelo Presidente Lula.

Conheço a história vitoriosa do Deputado Federal Paulo Bernardo. Estou feliz por ser um paranaense e mais feliz ainda por poder contar com o amigo, lá em Brasília, como ministro. Paulo Bernardo, enquanto fui Prefeito da cidade de Santo Antônio do Sudoeste, lá residii por mais de oito anos, começando a sua carreira no Banco do Brasil, nessa cidade. Tenho a lembrança da capacidade administrativa, do conhecimento do Deputado Paulo Bernardo, principalmente no que tange às questões de orçamento. Foi um brilhante funcionário do Banco do Brasil, cresceu dentro do próprio Banco, escolheu a carreira política; cresceu pelos seus méritos e competência. Nasceu política e administrativamente lá na base e hoje ostenta um dos cargos mais importantes da Nação Brasileira, como Ministro do Planejamento.

Quero me somar ao seu pronunciamento. Parabenizar o Deputado Federal Paulo Bernardo, e externar-lhe o nosso carinho e admiração, porque o conhecemos. Sei que o Paraná estará em boas mãos, que terá um Ministro competente, habilidoso, de bom trânsito, que com certeza não radicaliza as coisas. Quem vai ganhar com isso é o Presidente Lula, o Brasil, em ter como Ministro um homem de envergadura, como o Deputado Federal Paulo Bernardo.

Parabéns, e transmita ao nosso amigo Paulo Bernardo, um abraço do Deputado Traiano e dos paranaenses como um todo.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Será transmitido, Deputado.

Hoje falei com ele. Logo tentarei falar novamente, porque não é fácil falar com Ministro. Virou Ministro e não está tão tranqüilo assim.

Concedo um aparte do Deputado Neivo Beraldin.

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Na mesma linha de raciocínio do Deputado Traiano, quero cumprimentar V. Exa. que ocupa a tribuna, para destacar a nomeação do nosso ministro Paulo Bernardo. Esse é um momento que engrandece o Paraná, de muita alegria para todos nós, sobretudo porque um paranaense vai ocupar o Ministério do Planejamento, um ministério muito forte, que ordena despesas. Como foi dito anteriormente, o perfil profissional e técnico do Deputado está aliado à sua competência política.

Portanto, meus cumprimentos a V. Exa. e por extensão ao Presidente Lula por escolher um paranaense, e sobretudo por avaliar essas duas questões, aliando a parte técnica com a parte política.

Meus parabéns. Todos nós paranaenses estamos certamente muito orgulhosos no dia de hoje, por conquistarmos esse importante Ministério, que vai olhar com mais carinho para o nosso povo do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado André Vargas, solicito a V. Exa. que conclua o vosso pronunciamento.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

O Deputado Vanhoni gostaria de usar, rapidamente, a palavra.

Só pediria a condescendência de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Se V. Exa. encerrar neste momento, concedo tempo ao aparte do Deputado Vanhoni.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Não só encerro, como concedo a possibilidade do encerramento, em nome do Partido dos Trabalhadores ao Deputado Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Muito obrigado, Deputado André.

Quero parabenizar V. Exa. pelo uso da palavra nesta tarde, porque tenho um sentimento de alegria com a decisão do Presidente Lula de hoje a tarde. E essa alegria é dupla. Em primeiro lugar, em nome do Paraná - o Paraná tem um Ministério de peso junto à República. O Ministério do Planejamento é o Ministério que diz respeito ao empenho das verbas de todas as áreas de atividade da República em nosso País. Paulo Bernardo é capacitado, tem experiência técnica e tem um bom trânsito com todo o Congresso Nacional. É um homem que tem tranqüilidade e vai somar junto aos Deputados Federais e vai fazer no Congresso Nacional um intercâmbio junto com o Ministério do Planejamento - porque acho que isso é o que precisa - e vai trazer os benefícios que o Paraná precisa.

Além dessa alegria, a alegria maior é pela decisão do Presidente Lula de suspender as negociações em torno da reforma ministerial. Como paranaense, ontem me senti, de certa maneira, humilhado. Sei que o Presidente da Câmara dos Deputados não teve essa intenção, mas disse ao se referir a um título que recebeu do Estado do Paraná, da Assembléia Legislativa, que iria pendurar aquele título no seu gabinete - o que nos deixa muito satisfeitos e nos lisonjeia a todos os paranaenses - e que dali para frente seria lembrado o Paraná por causa daquele título pregado no seu gabinete!

O Paraná não precisa de um título para ser pregado no Gabinete. O Paraná é um Estado forte, é o quarto Estado da Nação, tem homens que já contribuíram para o desenvolvimento da consciência política do nosso País, como o ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, Aciolly Filho como Senador e Deputado Federal, Jaime Canet Júnior, o ex-Prefeito da Cidade de Curitiba e ex-Governador do ponto de vista de arquiteto e administrador Jaimer Lerner, o ex-Senador e ex-Governador Álvaro Dias, o Governador atual, que foi Senador, Roberto Requião. O Paraná tem presença forte na República, não

apenas do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista político também.

E o que me deixou mais triste também, foi a maneira como o Presidente da Câmara se referiu às negociações para compor o Ministério. O presidente da República quer compor o Ministério para servir bem o Brasil, para fazer com que o Brasil se desenvolva, para fazer com que o nosso País possa ter crescimento econômico e desenvolvimento social. E é lógico que o PT não pensa em governar sozinho o País! Pensa em fazer uma aliança com diversos Partidos nos cargos da República. Isso é importante para coesionar a democracia. A forma como o Presidente da Câmara se referiu a essas discussões, a esses entendimentos, de certa maneira humilhou a Assembléia Legislativa e humilhou o Estado do Paraná.

Está certo o Presidente da República. Nomeou um paranaense para o Ministério do Planejamento e cancelou as discussões a respeito da reforma do Ministério, porque da forma como estão tratando essas questões de forma indelicada muitas vezes - não convém à democracia e à consciência política do povo brasileiro.

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento!

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência também gostaria de parabenizar, e acho que posso fazer em nome de todos os Parlamentares, o Deputado Paulo Bernardo, por essa ascensão ao cargo de Ministro do Planejamento. É um paranaense que honra e orgulha a todos nós e, quiçá, possa ele representar o tamanho do Estado do Paraná nesse Ministério que também é muito importante.

Parabéns à Bancada do Partido dos Trabalhadores, mas acho que todo o Paraná deve realmente se somar aos votos de profícua gestão ao Deputado Paulo Bernardo em nome do Brasil e, especialmente, em nome do nosso Estado!

### ***Horário das Lideranças:***

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PDT, fará uso da palavra o Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

#### O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O encarte que o Governo do Estado está colocando nos principais jornais do Paraná e nas inserções nas emissoras de rádios e televisão, nós não conseguimos detectar nenhum tipo de obra efetiva, no caso das pavimentações, para a Cidade de Londrina apenas uma única ligação que

está em projeto, em estudo, conforme o gráfico aponta na cor verde, pavimentando Londrina até Alvorada do Sul.

Isso nos faz ver que realmente Londrina não é prioridade para este Governo, haja vista que a única obra que existe na nossa cidade que diz que foi com a participação do Governo do Estado, foi um posto avançado do Corpo de Bombeiros para atender a zona sul da cidade, uma reivindicação de anos, só que essa obra foi construída com recursos do FUNREBOM, um Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros em parceria até mesmo com a Prefeitura, ficando a participação do Governo do Estado diminuta nessa obra.

O centro de detenção, que foi alardeado como uma grande obra do governador e que na assinatura da ordem de serviço ele disse que seria uma cadeia para colocar políticos e fez brincadeiras jocosas com um Deputado desta Casa, que me permitam até omitir esse nome, porque foi mais uma daquelas infelizes oportunidades em que ele não perde a oportunidade de fazer a piada, mas perde o amigo. E podemos ver que andamos aí dois anos e três meses do Governo do Estado, a única obra ou o único recurso liberado foi na casa de dez milhões de reais para a RECAP. Só que, se nós analisarmos a origem desse recurso, é do Paraná Urbano, um programa de financiamento com organismos financeiros internacionais. E Londrina teve que colocar 20% de contrapartida e outros Municípios privilegiados pelo Governador deram 0% de contrapartida.

Então, nós, mais uma vez, temos que constatar aqui que o Governador não gosta da Cidade de Londrina, porque um Governador que retira policiais militares, como retirou 37 agora, como pegou seis viaturas e tirou da cidade, como agora retirou mais dez policiais civis, quando vai a Londrina agride repórter, xinga autoridades, ele deve ter alguma coisa de ruim com a cidade. E eu, analisando aqui o resultado das eleições, pude constatar que o Governador ficou em penúltimo lugar na votação para o cargo de Governador no primeiro turno. O Álvaro Dias fez quase 40%, o Requião ficou em penúltimo com 15%. E o resultado desse segundo turno ainda é pior: o Governador perdeu a eleição na única grande cidade, que foi Londrina, e fez menos de um terço dos votos na nossa cidade, enquanto que o candidato derrotado, Álvaro Dias, fez 60% dos votos.

Então, alguma coisa existe nisso tudo e temos que constatar que o Governador despreza a nossa cidade, não gosta de Londrina. E eu finalmente consegui descobrir o crime que Londrina fez, em que pese uma passagem negativa com um empresário falecido, Ciro Frari, é claro que o Governador teria uma triste recordação da Cidade de Londrina, onde teve uma desvantagem de força física de uma agressão que sofreu.

Mas, fazendo aqui recordar um bordão antigo da época do Jô Soares, ainda na ditadura militar, que dizia na televisão: "quem mandou votar no homem?". Agora Londrina já sabe. Quem mandou não votar no homem?

Esse foi o pecado que nós, os londrinenses, cometemos na última eleição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
PSB. Com a palavra o Deputado Scarpellini.

### ***Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI  
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.  
Estamos aqui hoje para tratar de um assunto relativamente relevante.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Paraná esteve na cidade de Apucarana, onde o Deputado Barbosa Neto compareceu, também em Rolândia, onde fomos avaliar a situação dos presídios. Constatamos lá uma situação dramática com superlotação de presídios. Em Rolândia, menores presos nas celas e um menor, com 9 anos de idade, preso numa cela com mais de quinze condenados maiores de idade. Uma situação dramática, uma cela onde cabem apenas quatro pessoas havia dezesseis, amontoadas, e entre esses, um menor, com nove anos de idade!

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos com um requerimento a ser votado pela Presidência que trata de um crime eleitoral praticado na cidade de Ponta Grossa, pelo Partido dos Trabalhadores. Nós juntamos ao nosso requerimento a fotocópia de um cheque sem fundos emitido pelo Partido dos Trabalhadores de Ponta Grossa no valor de R\$24.079,86, cheque esse emitido a favor do Sr. Evandro Caminha que prestou serviços de assessoria de imprensa naquela cidade. O Partido dos Trabalhadores de Ponta Grossa, lamentavelmente, deixou de honrar esse compromisso e esse cheque emitido contra a agência do Banco do Brasil daquela cidade, da conta própria para a campanha eleitoral: conta Partido dos Trabalhadores, diretório de Ponta Grossa, teve a devolução pela alínea 11, que é insuficiência de fundos.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além da emissão do cheque sem fundo nesse valor, o PT de Ponta Grossa também emitiu outros e essa emissão de outros vai à soma de, aproximadamente, R\$200.000,00. O PT fez a sua prestação de contas da Justiça Eleitoral de Ponta Grossa, deixando de relacionar esses cheques que não tiveram fundos suficientes, mas são cheques relativos a despesas que o Partido executou. Executou e sonegou essas informações à Justiça eleitoral!

Queremos, através deste expediente que na mesa se encontra, pedir à Justiça Eleitoral, que através do Procurador de Justiça no Paraná e do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral para que reabra as prestações de contas do Partido dos Trabalhadores em Ponta Grossa. Declare, diante dos fatos e do crime de falsidade ideológica aqui apresentados, a inegabilidade de todos os candi-

datos que disputaram as eleições, quer Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, eleitos ou não eleitos, porque o crime eleitoral foi praticado e é necessário que se dê o exemplo!

Perguntaram-me há pouco se havia outros Partidos na mesma situação. Eu não tenho conhecimento.

Se tiver, vamos encaminhar à Justiça Eleitoral para as providências cabíveis e o cumprimento...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
V. Exa. está com seu tempo já terminado.  
Gostaria que V. Exa. concluísse.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)  
Solicito mais cinco minutos para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Não é possível, Deputado Scarpellini, solicito que conclua.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)  
Quero cumprimentar o nosso Juarez pela luta que está travando em nome do municipalismo do Paraná e do Sul do Brasil. Devemos realmente colocar os Municípios brasileiros e principalmente os paranaenses, em alerta, porque o Governo Federal e o Governo do Estado não vêm dando a sustentação que eles precisam.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, agradeço ao ilustre Presidente em exercício por ter me facultado o direito de mais esses minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)  
Deputado Plauto Miró Guimarães pelo PFL.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em maio de 2000 o Congresso Nacional aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, aquela lei que veio para tentar melhorar todas as finanças do nosso País, fazer com que todos aqueles que ocupam um cargo Executivo passassem a ter limites nos gastos no período em que está administrando. Ela veio para limitar todos os gastos públicos, em especial os endividamentos dos Municípios, dos Estados e até mesmo do Governo Federal. E vemos no decorrer de todo esse período inúmeros Prefeitos (eu via o Prefeito Juarez, de Barracão, que por várias vezes já conversamos sobre esse assunto) preocupados sempre com relação a essa lei, porque, passo a passo, alguns Prefeitos eram penalizados por essa lei e alguns não; dependia da interpretação do Ministério Público, da Justiça Eleitoral, do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal

de Contas da União, do Poder Judiciário. Mais o que nós vimos agora no começo deste ano com relação à cidade de São Paulo foi de assustar.

Com todo respeito aos meus amigos companheiros Deputados do Partido dos Trabalhadores, mas lá no Município de São Paulo a Prefeita Marta Suplicy tomou um empréstimo para poder melhorar toda a iluminação pública da Cidade de São Paulo. Recursos significativos, tudo isso dentro de um procedimento legal. No final do seu mandato, no último ano do mandato, ela fez um aditivo de 27 milhões de reais a esse contrato de empréstimo que tinha para poder melhorar a iluminação pública daquela cidade. Só que, Deputado Seleme, esse aditivo era ilegal; ultrapassava a capacidade de endividamento do Município de São Paulo. Com isso, está a Marta Suplicy enroscada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Cometeu uma irregularidade.

Por este erro dela os Tribunais teriam que julgar. E naturalmente teria que ser ela punida com a inelegibilidade e outras tantas sanções que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina. Mas, pasmem, companheiros, Lula, companheiro da Prefeita Marta Suplicy, Presidente da República manda para o Congresso Nacional uma medida provisória para livrar a Marta Suplicy dessa irregularidade que ela cometeu como Prefeita de São Paulo, o que me faz acreditar que acabou a Lei de Responsabilidade Fiscal!

Escuta, aqui, na cidade de Ponta Grossa que o Prefeito deixou mais de quarenta milhões de reais de restos a pagar, qual será a pena dele? Onde está a Lei de Responsabilidade Fiscal, Deputado Luiz Carlos Martins?

Eu sempre dizia e deixava claro se a Lei de Responsabilidade Fiscal valer para a Prefeita Marta Suplicy, com certeza, todos os Prefeitos do nosso País vão ser penalizados. A Prefeita Marta cometeu irregularidade, só que para que ela passasse a ter uma condição legal, o Presidente Lula manda uma Medida Provisória com data retroativa para safá-la, da penalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deputados, acabou a Lei de Responsabilidade Fiscal em nosso País! Não existe mais e está aí o Partido dos Trabalhadores, aquele Partido ético, e por tantas vezes eu assiti daquela tribuna, representantes éticos do Partido dos Trabalhadores se postarem e discursarem na defesa da ética na política, e agora que nós vemos no momento em que estão no poder, é uma atitude, uma ação, que usam do Governo Federal, do Presidente da República, para proteger os erros da Prefeita Marta Suplicy! Infelizmente, Deputado Neivo Beraldin, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no País, não vai funcionar!

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com palavra o PT.

Com a palavra, o Deputado Tadeu Veneri.

## ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado André Vargas já antecipou aquilo que na Liderança nós iríamos fazer, que é cumprimentar, não o Deputado Paulo Bernardo, não o Governo Federal pela iniciativa que teve em nomear um Ministro paranaense, mas ao povo do Paraná, que tem, certamente neste momento, o reconhecimento de todo o seu trabalho e daquilo que o nosso Estado significa para a República, mas como o Deputado André Vargas já tocou nesse assunto, eu gostaria mais que fizéssemos uma reflexão sobre o que ocorreu ontem aqui nesta Casa, até porque me parece que a vinda do Severino aqui inspirou algumas pessoas a fazerem pronunciamentos que há muito tempo nós não víamos.

Ora pois! O Deputado Severino, Presidente da Câmara Federal que ontem veio aqui e até me parece que cometeu um equívoco ou muitos, mas pelo menos um, quando diz que veio aqui achando que haveria protestos contra a Medida 232. Não houve protestos contra a Medida 232, mas sim, protestos contra a forma como ele vem conduzindo, nesses últimos sessenta dias, a Câmara Federal e quando diz claramente, numa entrevista feita à CBN, que acha normal que sua mulher, seu irmão, sua irmã, sua cunhada, seu filho e que outros parentes que porventura tivesse, pudessem estar nomeados de uma forma absolutamente imoral.

Eu não vejo como a gente pode passar em branco, sobre isso. Acho que o Deputado não teve a intenção de fazer, como o Ângelo Vanhoni já falou, nenhuma ofensa ao Paraná, mas fez ao Governo Federal quando colocou claramente que se não tivesse o Ministro nomeado até as dezoito horas de hoje, o seu Partido mudaria o apoio ou repensaria o apoio. Não acredito que tenha sido essa a intenção, mas foi o que foi dito. Em função disso, não só o Ministro não foi nomeado como todo o Ministério está suspenso até que o “efeito Severino” que está na Folha de São Paulo de hoje, tenha sido absorvido e o seu tempo tenha sido passado.

Eu acho que essas são algumas das reflexões que nós vamos ter que fazer, até porque isso aí também poder vir a ter impacto aqui no Paraná.

Quando às contas, como foi colocado aqui, as contas de Ponta Grossa, Deputado Scarpellini, continuam abertas. Esse fato que o senhor traz é importante, mas está em todos os jornais. As contas continuam abertas, as denúncias que porventura queiram ser feitas, podem ser feitas a qualquer tempo, não há nada que impeça nenhum cidadão de fazer isso, o senhor sabe disso, o senhor já foi Deputado, já foi Prefeito, tem essa experiência.

Então, eu só gostaria que nós tivéssemos clareza que não é uma intervenção isolada, exclusivamente com relação a Ponta Grossa, porque eu acho que ela deve ser

feita com todos os Municípios onde nós porventura tivermos problemas e o Partido dos Trabalhadores, até onde eu conheço e desde 1986 eu sou filiado ao PT, sempre terminou as suas campanhas e sempre teve dívidas, sempre pagou também as suas dívidas.

Há problemas? É verdade que há problemas e o senhor levantou aqui e nós não vamos tentar esconder sol com peneira, até porque não me parece ser esse o procedimento do Partido dos Trabalhadores.

Ao contrário, nós sempre primamos por fazer os debates públicos, inclusive, haja vista o que aconteceu há trinta, vinte dias atrás, quando tivemos duas reuniões do Partido dos Trabalhadores, no mesmo dia em locais diferentes para debater o mesmo assunto, porque é assim que o Partido se comporta.

Agora, quanto a fazer uma afirmação como foi feito pelo Deputado Plauto, que eu respeito, que a Lei de Responsabilidade Fiscal acabou e que a Marta, de São Paulo, pudesse talvez ser o João Paulo, de Recife, talvez fosse outro Prefeito, nosso Prefeito. Talvez se ainda tivéssemos Porto Alegre. Mas, é muito interessante que de repente nós nos tornemos os arautos da defesa pública, quando nós sabemos que quem governou o País, até a poucos dias atrás, não foi o PT.

Então espero que a gente tenha uma linha de coerência e que essa linha de coerência possa ser a tônica do nosso debate aqui e, não apenas acusações que nós sabemos. Umas que são públicas, outras que estão nos jornais e algumas que não sabemos exatamente qual o objetivo de virem a ser feitas, mas que todas elas, tenho certeza, serão respondidas, debatidas, porque é esse o espírito do PT. Nós sempre fizemos debates às claras, nós vamos sempre fazer as nossas prestações de contas às claras, e vamos continuar fazendo, porque eu acho que esse é o princípio, esse é o motivo principal de o Partido existir.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PSDB, Deputado Valdir Rossoni.

O PSL havia sido chamado e não estava. Infelizmente V. Exa. não ouviu. Posteriormente ao Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. então fará uso da palavra.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. não fará uso do Horário do PSDB?

Então V. Exa. deverá fazer uso agora, porque está na relação aqui.

Deputado Valdir Rossoni, daqui a pouquinho, se nós tivermos outros Partidos aqui, vão todos eles falar na sua frente.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Não me causaria nenhum problema, Sr. Presidente, porque eu apenas quis fazer uma cordialidade, porque a

ordem dos fatores não altera o resultado, segundo quando eu era professor de Matemática.

Sr. Presidente, tirando a brincadeira de lado, Deputado Luiz Carlos Martins. Acredito que é o momento de nós, paranaense, fazermos uma reflexão sobre o Ministério do Governo Lula, ora anunciado, em partes.

Todos nós sabemos que esse Ministério começou o ano passado, lá pelo mês de outubro, novembro, e a cada semana ficava para a próxima semana para ser anunciado. Num determinado momento era para ser anunciado, mas esbarrou no problema da reeleição do Presidente Sarney, grande aliado do Presidente Lula.

O Presidente Sarney queria a reeleição no Senado, mas o Presidente Lula não logrou êxito; descontentou o Presidente Sarney, seu grande aliado.

Aí o Presidente Sarney deve, lá nas entrelinhas, eu imagino aqui, o Presidente Lula disse ao Sarney: Sarney fica tranquilo, a tua filhinha vai ser Ministra.

Aí o Sarney pacificamente aceitou o seu desafeto Renan Calheiros como candidato a Presidente do Senado. Ficou entre os compadres tudo acertado. Sarney feliz com a filhinha no Ministério; Calheiros, feliz porque Sarney se satisfiz com a Ministra, sua filha, e perdeu a reeleição, mas a novela continuou, porque não foi nomeada a filha de Sarney.

Ontem, recebemos aqui a visita do Presidente Severino e ele, desta tribuna, disse que se hoje não fosse nomeado Ciro Nogueira para o Ministério das Comunicações, hoje mesmo o Porto de Paranaguá se aliaria ao PFL e ao PSDB, que fazem oposição ao Governo Federal.

Nem uma coisa, nem outra. O avião aterrisou em Brasília, o nordestino dirigiu-se ao Palácio do Planalto, até altas horas da madrugada, e lá ficou acertado - não tenham dúvidas! - "vamos fazer o seguinte, Severino, você falou algumas bobagens lá no Paraná, desrespeitou o Presidente da República, vamos fazer o seguinte: vamos demorar mais alguns dias e aí nós nomeamos o seu Ministro, Ciro Nogueira".

E o Severino foi para casa feliz, dizendo que às vezes, quando está emocionado fala algo que não deveria ter falado. Tudo perdoado, tudo tranquilo com Sarney, com Calheiros e com Severino.

O que mais me assusta não são esses episódios da formação do novo Ministério. O que mais me assusta é a forma como está sendo formado esse Ministério. Diga-se de passagem, quero dar um voto de louvor ao Presidente da República, antes que eu faça o restante das minhas críticas. Um voto de louvor, primeiro por ter escolhido um paranaense. Meus parabéns ao PT do Paraná, meus parabéns ao Deputado André Vargas. Paulo Bernardo é uma pessoa que pelo menos - não o conheço pessoalmente, mas tenho boas informações - por ser paranaense, vai orgulhar este Estado, que estava esquecido.

Então, parabéns a esse homem, indicado pelo Lula, como Ministro do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto V. Exa. se vai usar o Horário da Liderança da Oposição?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se V. Exa. permitir, Sr. Presidente.

V. Exa. está muito rígido hoje.

Então...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nós aprovamos o Regimento faz uma semana, aqui na Casa. Depende dos Deputados. Se quiserem cumprir, tudo bem.

V. Exa. tem dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Primeiro, Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que acompanhei a aprovação do Regimento e não faz uma semana. V. Exa. perdeu-se até no tempo!

Aí, senhores, o que mais me preocupa na formação do Ministério do Governo Lula - porque nós não estamos formando um time de futebol! - nós estamos escolhendo pessoas para dirigir em setores importantes do Governo brasileiro. Ora! Uma noite a Globo anuncia que a Roseane Sarney seria Ministra da Articulação Política do Governo Lula. No outro dia, anuncia-se que ela será Ministra da Integração. No outro dia, a briga com o Porto de Paranaguá, porque querem a Comunicação.

Aí vem uma outra questão: Ciro Gomes está no Ministério da Integração. O Governo Lula tem apenas um ano de governo, porque depois já tem eleição. Aí, o Ministro vai sair do Ministério da Integração e vai para a Saúde. Porque a escolha do Ministro Ciro Gomes para a Saúde? Qual é a justificativa para escolher desta forma?

Aí o Ministério da Previdência que é um grande problema neste País, tira o Lando e coloca o Jucá. Qual é a qualificação técnica para que essas pessoas assumam o Ministério de tamanha relevância para o País? Nem os times amadores hoje improvisam da forma com que o Governo Lula está improvisando!

Uma hora, Ciro Gomes é o melhor Ministro da Integração. Dali a pouco não: ele é o melhor Ministro da Saúde. Nunca vi tantas pessoas - do Ministério de Lula - polivalentes. Uma hora, entende de saúde com profundidade. Num outro momento, porque o Presidente Lula foi pressionado, ele entende da integração regional como nunca!

A questão é muito delicada. É tamanha a falta de responsabilidade com o problema Brasil que, um pronunciamento como este precisava aqui de um catedrático, de um grande orador para conseguir aqui traduzir este momento em que estamos montando o novo Ministério do Governo Lula. Nem o time amador da Vila Guáira é formado dessa maneira.

Ora, minha gente, estamos trabalhando com a saúde do Brasil, com a Previdência Social, com o Minis-

tério da Integração Regional, com o Ministério das Comunicações!

Agora, de repente, a Roseane Sarney para satisfazer a não eleição, virou uma profunda conhecedora do Ministério das Comunicações.

Fico triste por ver o Governo Lula praticando a pior política que poderia ser praticada neste País.

Sou recente, mas certamente está fazendo inveja à velha ARENA deste País.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Apenas lembrando que o atual Governo tem mais uma virtude. Conquistou apoio no segundo turno do membro da Ditadura Paulo Maluf! Ressucitou ao Antonio Magalhães na Bahia, super fortaleceu a hierarquia do José Sarney e produziu o Severino!

Muito obrigado!

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Quer dizer-lhe, Deputado Valdir Rossoni, que fui Ministro, vi Brasília por dentro e não faz muita diferença quem seja Ministro ou quem esteja Ministro, porque em Brasília a regra é não fazer nada com urgência. O FMI não quer que o Governo Federal funcione. Os investimentos previstos graficamente no orçamento são todos contingenciados. São seguros pelo Ministério do Planejamento, pelo Ministério da Fazenda e não podem ser usados. Os recursos não podem ser aplicados na Nação. Tanto assim que, no ano passado, o Governo Federal, incluída a compra do "aerolula", gastou só 0,2% do Produto Interno Bruto em investimentos e arrecadou 34% do Produto Interno Bruto da Nação em impostos.

Então, não interessa quem esteja Ministro, porque o FMI quer que o Governo só pague os juros da dívida e que esta Nação de escravos seja servida por um Governo onde não fazer nada com urgência seja a triste regra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte do Deputado Rafael e concluo o meu pronunciamento dizendo que, na verdade, o grande feito dos últimos meses do Governo Lula foi a arrecadação do mês que passou, recorde de arrecadação, porque estão nos colocando a mão no bolso com muita força.

A sociedade está levantando-se, a sociedade não aceita mais aumento de impostos e os noticiários do dia de ontem davam arrepio, porque anunciavam o recorde de arrecadação como se fosse um grande feito do Governo Lula. Como nós sabemos que a incompetência está instalada, sabe por que o recorde de arrecadação, Deputado Dobrandino?

Apenas porque cada vez nós brasileiros estamos pagando a conta; está aí o aumento nas despesas que o Governo Lula proporciona neste País.

Quem leu as revistas semanais, na última semana, e quem leu os editoriais da Folha de São Paulo e do Estado de São Paulo, ficou apavorado de

ver o apetite que tem o Governo de apadrinhar os derrotados.

Por essa razão, eu encerro, aqui, o meu pronunciamento dizendo: o companheiro Olívio Dutra não sairá do Ministério das Cidades, pela sua competência, porque é um inoperante; não sairá porque é um velho camarada de guerra.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PP, PL, PTB.

**(Todas declinam)**

Consulto a Liderança do PSL.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins por cinco minutos.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Enquanto a caravana passa, os cães ladram!

### ***Liderança do PSL: Deputado Luiz Carlos Martins.***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

A quem serviu a paródia?

Sr. Presidente, obrigado pelo seu entendimento, pelo seu espírito democrático. Srs. Deputados.

Primeiramente, quero parabenizar o Presidente Lula duas vezes: primeiro, por chamar um paranaense para o Ministério em Brasília e, segundo, por escolher um dos melhores paranaenses (o Deputado Paulo Bernardes) que, tenho certeza, irá contribuir muito com o Governo do Presidente Lula e irá levantar bem alto a bandeira do Estado do Paraná.

O Deputado André Vargas, hoje, usou a tribuna, Presidente Zucchi, cobrando a questão do Banco Santos. É grave!

Eu prestei atenção em todo o relato, em todo o discurso do Deputado André Vargas. É preocupante, Deputado André Vargas, quando um Secretário do Governo do Estado do Paraná diz que o outro é ladrão e, até agora nós não vimos acontecer absolutamente nada! Até hoje não se esclareceu à população o que, realmente, aconteceu naquele episódio dos dois Secretários, e tudo isso parece que foi para debaixo do tapete! E o papel desta Casa, Deputado Elio Rusch, é não deixar as coisas debaixo do tapete! É uma das funções que nós temos. Isso realmente é muito grave!

O Bonaterra, ex-Deputado desta Casa, Procurador, era para estar hoje aqui. Falou com o Presidente da Assembléia, Deputado Hermas Brandão.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Stica, quando um orador está na tribuna, V. Exa. já foi Vice-Presidente sabe que para conceder Pela Ordem, está-se ferindo o Regimento.

Apelo aos nobres Deputados, porque temos feito um esforço para cumprir o novo Regimento. Acho que é bom para todos nós. Então solicito a V. Exa.

Concedo-lhe a palavra, Pela Ordem.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Só para ajudar o Deputado que está na tribuna, foi feito um erro da Assembléia, não do Deputado Bonaterra.

Foi convocado para amanhã, quando deveria ser hoje. O Deputado Bonaterra recebeu a convocação para amanhã. Ele não está aqui por conta de um erro da Assembléia; ele não tem nenhuma disposição de não vir a esta Casa.

Só para lhe ajudar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Deputado Hermas Brandão nos informa aqui que o ex-Deputado Bonaterra estará aqui na terça-feira.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSC)

Não se trata de criticar o Deputado Bonaterra, pelo contrário. Foi nosso colega aqui na Assembléia, foi sempre um Deputado contundente, firme, mas sempre muito elegante, nunca entrando nas questões pessoais. Enfim, conhecendo o Deputado Bonaterra, ele não vem amanhã aqui exatamente pela elegância que ele sempre teve. Com certeza, conhecendo o ex-Deputado Bonaterra, Deputado Valdir Rossoni, ele virá aqui quando o Governador do Paraná Roberto Requião estiver de volta da China. Até porque, segundo o ex-Deputado Bonaterra alegou também, são muitos os documentos que ele precisa, ainda para completar essa documentação toda para vir a esta Casa.

Conhecendo a sua elegância, a sua eloquência, a sua firmeza e a sua história, quase certeza ele virá aqui quando o Governador Requião estiver no Brasil.

E, para finalizar, gostaria de uma ajuda do Líder do Governo em exercício, o grande Deputado Dobrandino. O Deputado Bradock deve saber do que eu vou falar.

Deputado Dobrandino, o Instituto Médico Legal está um caos. Estamos levantando tudo o que está acontecendo lá. Um verdadeiro caos. Lá era o local para o Secretário da Segurança chegar sem avisar. Se o Governador Requião sabe o que está acontecendo no Instituto Médico Legal, com certeza ele lá aparecerá sem avisar.

E só precisamos do Instituto Médico Legal, para saber o que realmente está acontecendo e os senhores sabem do que eu estou falando.

E por último, Sr. Presidente, parabenizar o meu grande amigo, Deputado Geraldo Cartário pela grande festa cívica e democrática que ele promoveu ontem no Estado do Paraná.

Parabéns, Deputado Geraldo Cartário.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Só para não ficar mal-entendido, eu disse que o erro foi desta Casa. Não, não foi. Não houve erro da Assembléia. A Casa fez a convocação correta. O requerimento da Bancada da Oposição ao Sr. Bonaterra é para comparecer à Sessão Plenária do dia 23, portanto, amanhã. Não houve erro por parte da Assembléia nem má vontade por parte do Bonaterra.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Tem aqui o requerimento na Mesa.

Realmente, foi feito para o dia 23 às 14h30.

Deputado Dobrandino, com a palavra.

## ***Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva***

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero manifestar a nossa satisfação pela escolha de um paranaense para ocupar o ministério da envergadura que é o Ministério do Planejamento. Está de parabéns o Paraná. Quero manifestar a nossa alegria, pela decisão do Presidente da República. Para nós, de Foz do Iguaçu, a satisfação é dupla, em função de que, no lugar agora vago pelo Deputado Paulo Bernado, assume o Vice-Prefeito de Foz do Iguaçu, que não é do meu Partido, é do Partido dos Trabalhadores, que é uma pessoa simples, trabalhadora, esforçada, lutadora pelas causas da população da nossa fronteira, que com certeza vai ajudar em muito a nossa região de Foz do Iguaçu.

Como o tempo é curto, Sr. Presidente, eu precisaria me manifestar, aqui, sobre o discurso eloquente do nosso Deputado Barbosa, da cidade de Londrina, do discurso vigorante do Deputado André Vargas, mas terei que falar de outro assunto importantíssimo, mais relevante e deixarei para fazê-lo em uma outra oportunidade.

O que me traz à tribuna é com relação à situação difícil e preocupante que passa a nossa cidade de Foz do Iguaçu. Ouvi aqui na manifestação do Deputado Reni Pereira, com muita preocupação. Vi hoje o jornal Gazeta do Povo discorrendo o que está ocorrendo em Foz do Iguaçu. O que traz a Gazeta do Povo não é 1% do que ocorre em Foz do Iguaçu, hoje. É muito preocupante não apenas a situação de Foz, da sua população, mas das cidades vizinhas, fronteiras, principalmente, o lado paraguaio.

Por isso, eu gostaria de pedir aos Deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que incluam nas suas preocupações que sempre vieram com o Paraná, o que ocorre hoje em Foz do Iguaçu.

A minha preocupação é que temos hoje, por exemplo, mais de 350 mil brasileiros que vivem e produzem

no Paraguai e que já estão sofrendo com as consequências dessa represália pelos paraguaios, que está ocorrendo em Foz do Iguaçu.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante o mês de janeiro próximo passado estive na cidade de Foz do Iguaçu, o embaixador dos Estados Unidos, por dois ou três dias. Por cerca do meio-dia, Deputado Vanhoni, ele foi à Receita Federal, em Foz do Iguaçu, a portas fechadas e daquele dia em diante estancou-se toda e qualquer passagem de mercadorias do Paraguai. Isso quer dizer que a interferência lá de fora nos preocupa muito! Essa questão das compras do Paraguai virou um círculo vicioso, Deputado Augustinho Zucchi e vem de muitos anos. Não somos favoráveis a isso. Sou favorável que combatam o contrabando de armas, que entram por Foz do Iguaçu, que vêm do Paraguai. Pela quantidade de drogas que entra, tenho certeza, por aquela fronteira, que tem que ser combatida. As pessoas que moram em Foz e trabalham em Ciudad del Leste, que são milhares e que vivem muitas vezes em função daquelas compras, na verdade, não seria o caos para o Brasil. Têm coisas muito piores.

O que nos preocupa Srs. Deputados? Não vi até hoje uma manifestação do Governo Federal com relação a isso. A única manifestação que tem o Governo é manifestar através da polícia, repreendendo isso.

Imagino, tenho certeza e é o pensamento de todos que isso não pode continuar, esse chamado contrabando que vem do Paraguai. É preciso estancar isso, mas tem que abrir uma outra porta para aqueles que, através da recessão por que passa este País, do desempenho generalizado no Brasil, estão sofrendo em Foz do Iguaçu.

Então, é uma preocupação muito grande. É preciso que o Governo brasileiro, juntamente com o Governo do Estado, ache uma saída, que mecanismo vai absorver o sofrimento da população não apenas de Foz do Iguaçu, mas de vários Municípios que dependem disso.

Ora, Senhores! Vi aqui o Deputado Reni Pereira que trouxe a sua preocupação, que é justa, e falou em três pessoas que precisam ajudá-lo: falou no Deputado José Borba, Líder do PMDB em Brasília; do Governo Requião; e do Dobrandino. Nós vimos fazendo isso há muitos anos, tanto é que os investimentos que tem em Foz é do Governo do Estado! Todos!

E pergunto aonde é que estão os três Senadores de Brasília que estiveram em Foz do Iguaçu na última campanha? Aonde é que estão os Deputados Federais? Aonde é que está o Governo Federal?

Nós, do Governo Estadual estivemos há poucos dias em Foz, comentamos muito sobre isso, mas é preciso que o Governo Federal crie mecanismos, porque esse é um problema não de Foz do Iguaçu, mas da fronteira, e vai se criar um problema diplomático, porque o Paraguai já está se preparando para retaliação e aí nós - como eu disse - mais de 350 mil brasileiros vivem na região da fronteira do lado do Paraguai e já estão sofrendo as consequências.



Se os senhores forem, Deputados, nas feiras no Paraguai, aonde se expõe os maquinários mais modernos, que todos são comprados no Brasil, todos, e inclusive daqui na Cidade Industrial de Curitiba, tem muitos maquinários. Que dizer, o Paraguai também contribuiu!

Então, temos que achar uma forma de combater o contrabando de armas, de drogas, mas é preciso uma compensação do Governo para esse povo que está, realmente, entrando na miséria. Ora, não posso imaginar que essa responsabilidade seja apenas do Governo do Estado! Nobres Deputados, temos na fronteira uma binacional que realmente 90% dessa crise foi deixada da herança da construção da Usina de Itaipu!

Então, é preciso que o Governo Federal assuma também a sua responsabilidade e tenho certeza que os Deputados do Partido dos Trabalhadores têm a mesma preocupação, porque querem o bem do Paraná. E quero pedir a V. Exas. que nos ajudem em Brasília, para que o Governo Federal se manifeste através de ações para ajudar a cidade da fronteira. Eu já briguei muito por isso! Já fui várias vezes a Brasília junto à Secretaria da Receita Federal, fui com o Governador, fui com Deputados, fui com os empresários de Foz, e a Receita Federal, nunca, até hoje, manifestou-se, a não ser com a Polícia!

Então, é uma situação importante e isso vem há cerca de vinte anos. Não é uma situação que nasce agora, Deputado Augustinho Zucchi, mas tem mais de vinte anos! Então, é preciso que o Governo Federal convoque o Governo Estadual, faça uma reunião e assuma, em conjunto, a responsabilidade com essa Cidade que é uma das mais importantes do cenário do nosso País!

Então, queria trazer essa minha preocupação. Pedir à Assembléia Legislativa e principalmente aos Deputados do Partido dos Trabalhadores que nos ajudem. Estou disposto e já fui inúmeras vezes a Brasília para que achemos uma solução.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

#### **O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Nós conhecemos o seu trabalho em favor de Foz do Iguaçu, mas o que eu queria sugerir é que a Assembléia, como um todo, pensasse na idéia de uma área de livre comércio do MERCOSUL em Foz do Iguaçu para tentar resolver de uma vez por todas esse problema. Não é possível que a Ponte da Amizade termine em um lugar onde todo dia tem contrabando de cigarro, e o Exército, a Marinha e a Aeronáutica digam que não é com eles guardar a fronteira no fim do confin do Rio Paraná com o território nacional.

Agora, não é possível que descasquem a repressão só em cima dos sacoleiros mais humildes, quando o grosso do contrabando de armas, de drogas, corre à solta dentro do País.

Então, acho que uma área de livre comércio do MERCOSUL na região de Foz do Iguaçu era um assunto a ser estudado com seriedade.

#### **O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Sr. Presidente, só para finalizar, essa reivindicação de área livre de comércio, já se falou de Zona Franca, já fomos várias vezes a Brasília, já foi reivindicado, a Receita não quer nem falar nisso. Mas, essa solução não é da Receita Federal; é do Governo, o Governo que tem que tomar, o Governo tem que assumir, na verdade, essa problemática da fronteira. O Governo tem que assumir a responsabilidade de achar mecanismo, na verdade, para que essa situação não venha continuar.

Obrigado!

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Brevemente, eu só gostaria de informar ao Deputado Dobrandino que os Senadores do Paraná estavam e estão no mesmo lugar onde estavam há dois anos atrás, quando o Prefeito era o seu filho e não os procurou, coisa que o Prefeito atual está fazendo.

### ***Ordem do Dia:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 46 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente:***

Sobre a mesa, Indicação nº 006/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando a realização pela Secretaria de Estado da Saúde de exames médicos nos alunos da rede estadual de ensino, anualmente no início do ano letivo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Tadeu Veneri, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o Deputado Hermes Fonseca na condição de suplente, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá, em substituição ao Deputado Nelsinho Dal Santos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela Deputada Cida Borghetti, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, comunicando a filiação do Deputado Geraldo Cartário ao Partido Progressista - PP. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei complementar de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 02 (dois) de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente.

Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Solicito que seja anexado a projeto já existente e com o mesmo teor.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 486, de autoria dos Deputados Ademir Bier, José Maria Ferreira, Reni Pereira e Durval Amaral, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se desta Casa de Leis, os quais estarão representando esta Assembléia Legislativa no Fórum de Debates UNALE/ALESP, na cidade de São Paulo, nos dias 30 e 31 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 471, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de março (quarta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a ALAP - Academia de Letras e Artes de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utili-

dade Pública a Associação Esportiva Irmandade os D' Farra, com sede e foro na cidade de Pranchita. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a CEIA - Centro Espírita Integração do Amor, com sede no Distrito de Socavão e foro no Município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/2004, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Fundação SEMMELWEIS, com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a UNIPID - University Pitot Democrata de Direitos Humanos e Meio Ambiente, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Francisco Bertoncello, com sede e foro no Município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação Ryuzo-Kan de Karatê, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Gente Inocente, do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública o Instituto Lixo e Cidadania do Paraná, com sede

e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Patrimônio do Município de Andirá, parte do imóvel objeto de doação, situado no Jardim Horizonte, naquele Município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o Ressarcimento das Despesas dos Deputados, meses de janeiro e fevereiro de 2005, Resolução nº 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício 2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

Antes dos requerimentos passo a Presidência ao eminente Deputado Hermas Brandão.

#### *Requerimentos:*

##### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 473, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.**

##### O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje comemora-se o Dia Mundial da Água e apresentamos esse requerimento com pedido de urgência para esse projeto, pelo seguinte: as empresas que se instalarem no Paraná, que dependem de uma autorização ambiental para tal, terão que, ao encerrar as suas atividades, também solicitar uma anuência do IAP ou da Secretaria do Meio Ambiente dizendo que não estão deixando nenhum passivo ambiental.

Por que que me inspiro e defendo essa lei? Porque o exemplo típico é Adrianópolis, lá se explorou pela Plumb do Brasil, o ouro e a prata durante muitos anos. E ficou no centro de Adrianópolis o resíduo altamente tóxico que polui o ar, a água, e contamina as crianças com alto índice de chumbo no sangue.

Então as empresas que, por exemplo, fabricam baterias de telefone, pilhas e qualquer empresa que gere

impacto ambiental não podemos simplesmente encerrar as suas atividades e deixar para o Estado que faça o remanejamento ou a relocação desse passivo ambiental.

Portanto, nada mais justo de que, quem polui, que trate de limpar.

Era esse o encaminhamento.

Muito obrigado.

##### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 440, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 441, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 442 a 451, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 452, 460 e 461, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 454, 456, 457, 458 e 479 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 455, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 459, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 464 a 469, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 470, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 474, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 475, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Em Discussão.**

##### UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

##### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 478, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 482, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni e Natálio Stica, com apoio dos

Deputados Duílio Genari, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 484 e 485 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

### ***Ordem do Dia da próxima Sessão:***

Antes de encerrar a Sessão de hoje, quero mais uma vez participar aos Srs. Parlamentares que o Procurador Bonaterra participou a esta presidência hoje, solicitando a possibilidade de transferir a sua vinda a esta Casa para a próxima terça-feira. Houve uma série de justificativas, por alguns documentos que ele está coletando ainda. E nós anuímos de imediato.

Então ele estará, aqui, na próxima terça-feira, para prestar todos os esclarecimentos aos Srs. Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 313, 362, 389 e 401/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 370 e 395/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 012 e 072/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações n°s 002 e 005/2005.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Atas de Comissões***

##### ***Comissão de Finanças***

COMISSÃO DE FINANÇAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Marcos Isfer, Cida Borghetti e Pedro Ivo Ilkiv. A seguir o Sr. Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda à leitura da Ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Marcos Isfer, requer a

dispensa da leitura, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 324/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Cida Borghetti, José Maria Ferreira e Ademar Traiano. A seguir o Sr. Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Sr. Deputado José Maria Ferreira, requer a dispensa da leitura, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 251/2004 - Mensagem n° 14/2004, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 280/2004, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator: Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 368/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 26/2004. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Pedro Ivo Ilkiv e Cida Borghetti. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 277/2004, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APRO-

VADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Marcos Isfer e Ademar Traiano. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações***

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,**  
**TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**22ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e quatro às 14h, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, Senhores Deputados: Elton Welter, Francisco Bühner, Ratinho Júnior, Miltinho Pupio e o Presidente da Comissão Deputado José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre a matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: primeiramente o Sr. Presidente solicitou à Secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (21ª reunião ordinária), na sequência o Sr. Deputado Ratinho Júnior pede dispensa, todos aprovam; então o Sr. Presidente, deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, conforme pauta, que expusessem seus pareceres referentes às proposições: 01) Projeto de Lei nº 403/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 222/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari. Relator: Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 192/2004, de autoria do Deputado

Mauro Moraes. Relator: Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 269/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Relator: Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 276/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica. Relator: Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 295/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Relator: Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 219/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Relatora: Deputada Elza Correia (ausente na reunião, sendo relatado pelo Presidente José Maria Ferreira). Parecer CONTRÁRIO - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 439/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2004. Relator: Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária da Comissão

***016ª Sessão Ordinária***

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**  
**15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM**  
**22 DE MARÇO DE 2005**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Francisco Bühner e Tadeu Veneri.

***Presenças:***

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José

Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (46). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Chico Noroeste, Marcos Isfer, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

### *Ordem do Dia:*

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 46 Srs. Deputados.

### *Discussão/Votação*

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### *Redação Final*

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 313/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza a COPEL, a efetuar o recebimento de contribuições espontâneas, destinadas aos Conselhos Comunitários de Segurança. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2004, de 17/08/2004).**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 362/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Negro, com sede e foro em Rio

Negro. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2004, de 06/10/2004).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 389/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.183, de 25 de junho de 2001, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade. (Município de Londrina). **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2004, de 03/11/2004).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 401/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a APMF - Associação de Pais e Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Regente Feijó, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/2004, de 09/11/2004).**

### *3ª Discussão*

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a ALAP - Academia de Letras e Artes de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/2004, de autoria da Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Irmandade os D' Farra, com sede e foro na cidade de Pranchita. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado.**

### *1ª Discussão*

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que institui o calendário de eventos no Estado do Paraná, o Dia do Cabeleireiro, a ser comemorado todo dia 31 de maio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 012/2005

P A R E C E R :

O projeto institui no calendário de eventos do Paraná, o Dia do Cabeleireiro, a ser comemorado todo dia 31 de maio.

Não encontramos nada que possa obstar a tramitação do projeto em pauta, propomos apenas a retirada da expressão “revogadas as disposições em contrário”, do artigo 2º, pois tais disposições devem estar explícitas.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui no âmbito do Estado do Paraná, o Dia da Recepcionista, a ser celebrado anualmente no dia 26 de junho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/2005, de 07/03/2005).**

PROJETO DE LEI Nº 072/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

## D E C R E T A :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, institui no âmbito do Estado do Paraná, o Dia da Recepcionista, a ser celebrado anualmente no dia 26 de junho.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

## Discussão Única

## ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 002/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a estadualização do acesso rodoviário PR-170 também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21/02/2005).**

## ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 005/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a pavimentação asfáltica do trecho da PR-364 que liga a sede do Município de Goioxim ao entrocamento com o o Município de Canta Galo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2005, de 15/03/2005).**

## Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2004.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 370 e 395/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 012 e 072/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 018/2005.

Levanta-se a Sessão.

## Publicações:

## Atas de Comissões

## Comissão de Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Marcos Isfer, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva e José Maria Ferreira. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 373/2004 - Mensagem nº 27/2004, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA SUPRESSIVA. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presi-

dência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Marcos Isfer, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Nelson Tureck, Pedro Ivo Ilkiv e José Maria Ferreira. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 067/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA; 02) Projeto de Lei nº 133/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 227/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA ADITIVA; 04) Projeto de Lei nº 236/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 299/2004, de autoria do Procurador Geral da Justiça. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL; 06) Projeto de Lei nº 301/2004 - Mensagem nº 021/2004, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 302/2004 - Mensagem nº 022/2004, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 313/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 390/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 10) Indicação nº 027/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Marcos Isfer, Dobrandino da Silva e José Maria Ferreira. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 357/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 417/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Relator: Deputado Marcos Isfer.

Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 421/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 30/2004. Relator: Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões às 14h, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Marcos Isfer, Dobrandino da Silva e José Maria Ferreira. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 361/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 371/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Padre Paulo Campos. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações*

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente, declarou instalada a Comissão, passando em seguida à eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados André Vargas e Miltinho Pupio para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado André Vargas agradeceu a especial deferência de



seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) PEDRO IVO ILKIV - Presidente; SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR - Diretor Legislativo; ANDRÉ VARGAS, CIDA BORGHETTI, DURVAL AMARAL, MILTINHO PUPIO, RAFAEL GRECA, NEIVO BERALDIN e WALDIR LEITE

### ***Comissão de Redação***

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 313/2004 e na sequência o Deputado José Domingos Scarpellini apresentou Redação Final aos seguintes Projetos de Lei nºs 362, 389 e 401/2004. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária